

**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
COIMBRA REALIZADA EM VINTE E
SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
ONZE**

No dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e onze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2011 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Intervenção do Presidente da Câmara;**
2. **CMC - Mapa de pessoal para 2012;**
3. **CMC - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e autorização para contracção de empréstimos de curto prazo e autorização para consultas a instituições de crédito para empréstimos de médio e longo prazo;**
4. **SMTUC - Mapa de Pessoal para 2012;**
5. **SMTUC – Tarifário e Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012;**
6. **TC-Turismo de Coimbra, EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2012 – Para conhecimento;**
7. **AC – Águas de Coimbra EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2012 – Para conhecimento;**
8. **Situação Económica e Financeira das empresas do Sector Empresarial Local do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - Pareceres semestrais dos auditores externos/2011;**
9. **CMC - Fornecimento contínuo de gasóleo - Repartição de encargos;**
10. **Associação UNIVER(SC)IDADE – Constituição e Estatutos;**
11. **Plano de Gestão/Planos de acção da candidatura de Coimbra – Universidade, Alta e Sofia a património mundial da UNESCO;**
12. **Regulamento do Prémio Literário João José Cochofel/Casa da Escrita;**
13. **Novo Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Coimbra;**
14. **Regulamento da Biblioteca Municipal de Coimbra;**
15. **Aquisição de gasóleo a granel para os SMTUC - Repartição de encargos;**
16. **SMTUC - Aquisição do serviço de fornecimento de energia eléctrica em média tensão para as instalações - Repartição de encargos;**
17. **SMTUC - Prestação de serviços na área de seguros do ramo automóvel - Repartição de encargos;**
18. **CEBES - Centro de Bem Estar Social de Brasfemes – Construção de Lar de Idosos - Constituição de direito de superfície;**
19. **Desafectação do domínio público de parte da parcela 50 da Circular Externa/3º troço, com início ao Km 1+525;**
20. **Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra - Relatório de Ponderação da Discussão Pública e versão final do Plano;**
21. **Novo Protocolo entre o Município de Coimbra e a Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A;**
22. **CMC – Protocolo com o INAG – Instituto da Água IP.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Alberto Nunes da Silva, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Joana Margarida Alves Martins, Paulo Luís Cunha de Almeida, Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca e Hugo Filipe Martins Rodrigues.

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Lúcia Maria Morais Pratas Borges, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Hernâni Marques Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Milene Catarina Pereira Cunha, Carlos Rogério Antunes Pinto, Ana Paula Soares Pinto Bravo, André Gonçalo Dias Pereira, Juvenal Ribeiro de Sousa e José Alberto de Moura e Sá.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Lebre Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vitor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

José João Jorge Mendes Lucas e Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Paulo Jorge Carvalho Leitão, João Gilberto Matos Orvalho, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte, António Manuel Vilhena e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por José Marques Gomes Murta como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e vinte minutos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do art.º78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, pelo período de 1 dia com início a 27 do corrente mês;

-Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Hugo Filipe Martins Rodrigues.

-Deputado municipal André Luís Paiva Serra de Oliveira, pelo período de 2 dias com início a 27 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Ana Paula Soares Pinto Bravo.

Deputado municipal José Manuel Gonçalves da Silva, pelo período de 2 dias com início a 27 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Juvenal Ribeiro de Sousa.

Deputado municipal António José Costa Sequeira, pelo período de 2 dias com início a 28 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição José Alberto de Moura e Sá.

Deputado municipal Serafim José dos Santos Duarte, pelo período de 2 dias com início a 27 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (BE), na lista

aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Paulo de Frades e o Presidente da Junta de Freguesia de Trouxemil apresentaram requerimentos à Assembleia Municipal no sentido de serem substituídos pelos respectivos Secretários do Executivo da Junta Lúcia Maria Morais Pratas Borges e Hernâni Marques Ferreira.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do deputado municipal Vasco Cunha (Por Coimbra):

“A minha intervenção surge de uma situação que deve ser pensada e ponderada. Ao entrar neste edifício, dirigi-me ao elevador como sempre faço, derivado a ter dificuldades em subir as escadas. Tentei vir de elevador, para mas não funcionava.

Já várias vezes pedi que colocassem um corrimão acessível para que ajude as pessoas a subir e a descer as escadas.

Também tenho conhecimento que uma funcionaria caiu e teve 6 meses de baixa.

Para que não aconteça mais desgraças peço que coloquem um corrimão para que as pessoas tenham algum apoio para descer e subir as escadas de pedra que, por estarem gastas tornam-se perigosas.

Espero que a Câmara colabore que é para o bem de todos.”

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio (Por Coimbra):

"Senhor Presidente da Assembleia, Professor Doutor Manuel Porto, ilustres membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vice Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, Ilustres Colegas, minhas Senhoras e meus Senhores:

No passado dia 29 de Setembro, perante esta mesma Assembleia, apresentei, com a presença de algumas e alguns estudantes do Ensino Superior, dinamizadores voluntários, **o Projeto In-Change** .

Em nome da Equipa In-Change, cabe-me agradecer, a todas e todos aqueles a quem agora me dirijo, o apoio e solidariedade com que, de uma forma mais ou menos concreta, mas sempre muito amiga e cooperante, nos brindaram.

É assim com orgulho e satisfação que venho, hoje, dar-lhes conta da actividade que desenvolvemos até à data, bem como dos próximos passos que temos em vista.

Como recordarão, O In-Change é um projecto de voluntariado jovem, que visa essencialmente a remodelação de quartos de estudantes do ensino superior, através de intervenções em termos de pequenas obras, bricolage, decoração, com um ênfase particular na rentabilização energética através de uma forte aposta na sua monitorização.

Tem ainda uma segunda vertente, de Educação para a Cidadania, menos material, mas tanto ou mais importante que a primeira. Tem a ver com a oportunidade em

que se constituiu para as dezenas de jovens dinamizadores e voluntários, que são o seu Capital Humano, de exercerem civicamente o seu papel nas comunidades onde estão inseridos. De serem cidadãos activos e responsáveis, capazes de contribuir de forma construtiva e saudável para responder aos desafios e inquietações contemporâneos.

Ao serem responsáveis pela logística, organização, recolha de materiais, gestão de bolsas de voluntários, comunicação e marketing, gestão informática, estão a desenvolver competências, a aprofundar valores, a cultivar uma forma de estar ética e comprometida com a sociedade, com os seus colegas mais desprotegidos, neste caso.

Estão também a desenvolver competências básicas de bricolage e pequenas intervenções físicas que mais do que nunca se tornam imperativas na formação de um jovem. Cabe a um estudante de Medicina, de Economia, de Direito, de Administração Pública e Privada, de Psicologia, de Estudos Europeus, etc., saber colocar um candeeiro de tecto, mudar uma persiana, uma tomada eléctrica, envernizar um soalho, mudar uma fechadura, colocar um espelho, papel de parede...

Interiorizam ainda que, por vezes, com poucos meios materiais, e alguma criatividade e imaginação, se consegue um acréscimo de bem-estar notável e conseqüentemente uma melhoria considerável da qualidade de vida do dia-a-dia, a que importa, enfim, na vida de um estudante, contribuindo assim para proporcionar-lhe um melhor ambiente de estudo, de habitabilidade, muito relevante para quem não tem cá a família e faz do quarto, afinal, a sua casa.

Com este espírito e sendo este um Projecto de Jovens estudantes do ensino superior para Jovens estudantes do ensino superior, concretizámos nos passados dias 17 e 18 de Dezembro a remodelação do quarto de dois estudantes de Direito, na Residência Universitária Rangel Sampaio, na Alta de Coimbra, o que foi amplamente divulgado pela Comunicação Social e que muito agradecemos.

Este quarto teve a assinatura da empresa recentemente instalada em Coimbra “Leroy-Merlin”, contando ainda, no caso específico da concretização deste quarto com o inestimável contributo da Junta de Freguesia de Almedina, do Hotel Best Western D. Luis, da empresa Qualigesso da Tocha e dos Bombeiros Voluntários de Penacova.

Para além destes contributos específicos o Projeto conta ainda com um leque de patrocinadores com cujo apoio conta em permanência, como é o caso, da Câmara Municipal de Coimbra, da Universidade de Coimbra, da Associação Académica de Coimbra, do IPJ, da ISA Intellicare, da TV Ensino Superior, do Diário de Coimbra, do Diário “As Beiras”, da LUSA, da TV Universidade, da RUC, da TVUC, e ainda dos já referidos especificamente.

Os próximos quartos têm já uma assinatura prevista. Trata-se do Grupo Quinta das Lágrimas, da Associação Académica de Coimbra e ainda dos escritórios de

advocacia de Luis Pirré. No caso da Quinta das Lágrimas, os felizes contemplados passarão uma noite no hotel enquanto lhes remodelamos o quarto.

O próximo projeto de remodelação será a nossa própria sede, num espaço do Pátio do Castilho, ao pé da Torre da Almedina, gentilmente cedido pela Câmara Municipal, o que será formalizado através de um Contrato de Comodato que está neste momento a ser ultimado. O que começou por ser uma ideia tímida, é neste momento algo a caminho de uma concretização efectiva, o In-Change Café, que permitirá uma convivência saudável, assídua e cultural, aos jovens, tendo ainda uma vertente comercial, que permita ao projecto algum desafogo em termos de independência económica.

Estão neste momento em curso negociações que consideramos de toda a pertinência a propósito do envolvimento de uma empresa com o prestígio nacional e internacional do Grupo Licor Beirão que “assinará” este espaço como seu patrocinador oficial.

“Não devemos julgar os nossos dias pela colheita que fizemos, mas pelas sementes que plantámos”

Sobretudo em tempos difíceis, como os que correm, cabe-nos a nós, adultos, proporcionar aos jovens vivências positivas que complementam a sua Educação numa óptica de esperança e optimismo, mostrando-lhes caminhos alternativos. Neste caso, mostrando-lhes que manter um estilo de vida confortável e equilibrado depende, não só das condições económicas, mas da atitude de cada um."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

“Trazem-me aqui três temas para sucintamente vos transmitir.

O primeiro tem a ver com a realização do XIII Congresso da ANAFRE que recentemente se realizou em Portimão.

Eu, como Presidente da Junta da freguesia de Almalaguês não nos revemos nos acontecimentos ocorridos na sessão de encerramento do Congresso.

Por uma questão de educação e civismo, quando em Almalaguês convidamos alguém para nossa casa, é de mau tom abandonarmos a casa perante outros convidados, recebemo-los, conversamos, convivemos e trocamos ideias, mesmo que as nossas ideias porventura possam ser antagónicas. Quando defendemos princípios democráticos, existem muitas formas de lutar, meios de expressar, ideias e posições, fazemo-lo olhos nos olhos, de cara a cara com os nossos opositores considerando sempre, que eles são opositores e não são inimigos.

O exercício de vivência democrática exige respeito e o bom senso.

O desrespeito pelo “próximo” é apanágio em nosso entender, dos regimes totalitários.

Porque sou dirigente local da ANAFRE, porque sou Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês, porque sou democrata e prezo-me de respeitar e exercer a democracia, registo aqui perante vós, o meu total repúdio pelas acções desrespeitosas e anti democráticas de alguns colegas presidentes de junta para com o senhor Ministro e Secretário de Estado, em Portimão.

A democracia exerce-se respeitando as instituições democráticas.

Outro tema que me trás aqui tem a ver com uma moção que foi aprovada na última Assembleia de Freguesia e que repudia o encerramento de estações dos CTT e postos médicos em várias freguesias deste País, deixando populações de forma indefesa e à mercê da sua sorte

Foi uma moção que foi aprovada por maioria e que faz um apelo a um olhar mais justo e mais social para com as populações das freguesias.

O terceiro ponto, tem a ver com a Freguesia de Almalaguês, a tecelagem de Almalaguês e o seu património cultural que tem estado na ordem do dia. ´

Numa época difícil para o País é altura de valorizar e promover o que, de melhor temos em cada localidade.

Almalaguês estará em festa no último fim-de-semana de Janeiro.

Como Presidente de Junta gostaria de convidar todos, aqueles que não conhecem a tecelagem de Almalaguês, que não conhecem a sua gastronomia para aproveitarem essa época, porque encontrarão em Almalaguês uma surpresa concerteza na tecelagem e na sua gastronomia, um pouco de conforto nas dificuldades que atravessamos todos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades:

“Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Membros da Mesa

Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex. Sr. Vereadores

Deputados Municipais.

Colegas Presidentes de Junta

Senhoras e Senhores Jornalistas.

Minhas senhoras, meus senhores.

Começo por desejar que todos tenham passado um bom Natal e faço votos para que o ano de 2012, que se aproxima, seja o menos penalizador para todos vós, com muita saúde e paz.

Como sabeis, realizou-se no passado dia 2 e 3 de Dezembro, em Portimão, o XIII Congresso da ANAFRE, Associação Nacional de Freguesias, sob o lema: “As Freguesias na Reforma do Estado”, que contou com 1.231 delegados e cerca de 500 Observadores Eleitos.

Os delegados ao Congresso, representantes das Freguesias, analisaram a actividade desenvolvida pela ANAFRE nos dois primeiros anos do mandato em curso e debateram de uma forma muito participada e critica, os impactos do” Documento Verde da Reforma Administrativa Local” no futuro das Freguesias e na vida das populações.

A Moção de Estratégia — “As Freguesias na Reforma do Estado”, foi aprovada por 1229 Delegados, com duas abstenções, de 2 Presidentes de Junta, eleitos pelo PSD, neste momento a exercerem também funções de Deputados na Assembleia da Republica.

O Congresso fixou as linhas de orientação do trabalho da ANAFRE para o biénio 2012/2013, proclamando as seguintes conclusões, das quais vos transmito as mais importantes, atendendo ao agitado período que neste momento as freguesias atravessam.

Assim:

- A ANAFRE e as Freguesias rejeitam, claramente, a Reforma da Administração Local, proposta no Documento Verde.
- A ANAFRE e as Freguesias entendem que o Documento Verde não preconiza um modelo adequado à realidade social portuguesa nem garante ganhos de eficácia e eficiência para o Poder Local, nem respeita a vontade das populações.
- A ANAFRE e as Freguesias entendem que o modelo de Reforma do Poder Local deve obedecer ao princípio democrático da consulta popular e auscultar as populações.
- A ANAFRE e as Freguesias querem ver clarificada a partilha das competências próprias e reforçado o seu elenco, através da conversão das competências delegadas em próprias das Freguesias.
- Os Protocolos de Delegação e Contratualização de Competências, quando existam, deverão ter carácter universal e vincular as partes para todo o mandato.
- Entendem a ANAFRE e as Freguesias que o modelo actual, quanto à constituição dos Órgãos das Freguesias, é adequado, necessitando apenas, de alguns ajustes na constituição do Órgão Executivo.
- As Freguesias e a ANAFRE exigem que nada impeça os Presidentes de Junta, Membros das Assembleias Municipais por inerência, de participar em todas as votações naquele Órgão, como Membro de pleno direito.

O XIII Congresso Nacional da ANAFRE admitiu, e debateu 17 documentos versando matérias diversas da vida política das Freguesias, cujo teor vai merecer acolhimento no seio da ANAFRE, vinculando os Órgãos Sociais no biénio 2012/2013.

Caras e Caros Autarcas

A sociedade actual é marcada por incertezas e preocupações sociais que se estendem ao ordenamento administrativo do território e ao futuro das freguesias. Muito se tem dito e escrito acerca da extinção, fusão ou agregação de freguesias, mas cada vez são mais os que relembram o papel das freguesias no poder local democrático, mostrando quão importantes elas são para as populações.

As freguesias, devidamente reconhecidas como autarquias de proximidade, têm hoje tal como no passado um acção importante em várias áreas com destaque para a acção social e a educação.

A reorganização administrativa das freguesias não pode nem deve ser conseguida com recurso à régua e ao esquadro mas deve ter em conta o papel que as freguesias têm desempenhado, a sua identidade, a sua história e, principalmente a sua actividade junto das populações. É importante lembrar, pois há quem procure esquecer, que em muitas zonas deste país as freguesias são o primeiro ponto de abrigo e em alguns casos o último ponto de contacto com os municípios e o poder central.

Nesta minha reflexão que pretendo partilhar convosco não posso deixar de exprimir a análise que fiz sobre o livro verde principalmente nos critérios, cronograma e impactos internos e externos

Tendo como propósito proceder a «Uma Reforma de Gestão, uma Reforma de Território, uma Reforma Política», o Documento Verde da Reforma da Administração Local começa por afirmar que «vivemos um tempo em que o modelo de gestão» deve permitir «o reforço saudável do Municipalismo».

Defende, de seguida, que «Os problemas e os bloqueios jamais se resolverão negando a realidade».

O Municipalismo, enquanto sistema político, pretende a maior autonomia para os Municípios, através da descentralização da administração pública a favor dos mesmos.

Sendo uma realidade histórica nacional, *nunca tais movimentos se fizeram à custa ou por causa das Freguesias.*

Se o «reforço do Municipalismo» é um objectivo específico a alcançar, outros meios serão adequados para o atingir não sendo através do sacrifício das Freguesias, da sua autonomia, do seu capital identitário.

Por outro lado, se a preocupação reformista pretende alcançar imposições externas, tais como o combate ao endividamento e o controlo do despesismo, ainda não está demonstrado que, às Freguesias, cabe uma quota parte do endividamento nacional, por resultar da sua gestão descontrolada ou que o despesismo do Estado tem sido pecha da sua gestão.

Como sempre tem sido afirmado, as Freguesias capitalizam ganhos de eficiência e eficácia, com uma relação custo/benefício de 1 para 4, como concluído foi, num recente estudo científico promovido pela Anafre e lançado no terreno pela Universidade Lusíada.

Ao ler e reler o livro verde fiquei na expectativa de encontrar um projecto de reforma voltada para as mudanças estruturais mas fiquei apreensivo e tenho alguma dificuldade de aceitar que as freguesias sejam o núcleo central das reformas estruturais que se querem implementar no País. Pensei sempre que qualquer reforma do Estado deve começar no próprio estado, percorrer todos os patamares e acabar no próprio estado.

Pretender fazer uma Reforma do Estado dirigindo o seu olhar só para a Reforma da Administração Local (não é defender o poder local democrático) e confinar o núcleo central das mudanças estruturais locais, ao exclusivo âmbito das Freguesias, é iniciativa que a história e as populações nunca compreenderão.

Recorrer, como critério para atingir este desiderato, às tipologias das áreas urbanas (TIPAU), parece-me a medida totalmente errada e não aconselhável.

As tipologias recorridas tiveram na sua génese e criação fins de planeamento e urbanismo, estratégias de ordenamento do território, não objectivos de (re) organização administrativa e, muito menos, de políticas sociais.

Aliás Sua Exa. o Sr. Secretário de Estado da Administração Local já considerou várias vezes que a matriz não é inteligente.

Neste critério a matriz assenta numa das maiores incertezas do modelo que se quer instituir e que as populações rejeitam.

Sem olhar às especificidades de cada Freguesia, o recurso às TIPAU oferece-se como critério meramente quantitativo, numérico, desajustado à realidade que as caracteriza.

Desvirtuando as suas especiais funções, mais sociais, menos mas ainda administrativas, com este critério e em nome da promoção de maior proximidade, o Documento Verde realça a escala como uma solução para todos os problemas.

Afirmando-se que as Freguesias não devem ser confundidas com os Municípios, nem na sua grandeza, nem nas competências a desempenhar, a procura de escala pode ser geradora de tal confusão, desvirtuando a característica mais distintiva

destas Autarquias: a sua relação de vizinhança, de confiança e de proximidade com os cidadãos das suas Comunidades.

A proximidade é o valor mais estimável a manter.

O próprio Conselho da Europa através do seu Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa recomendou, por unanimidade dos seus membros, e observa que as competências devem ser exercidas pelo nível da administração pública mais próximo das populações, nomeadamente aqueles que comprovadamente, a Freguesia executa a menor custo.

Duvido quando se pretende passar a mensagem de que, com a redução de Freguesias e na criação de novas Freguesias de maior dimensão e escala, as Freguesias agregadas vejam respeitada a sua identidade, a sua toponímia a sua história e cultura.

Penso sim, que com a criação das novas freguesias se põe em causa o conceito da proximidade íntima do cidadão com a sua Freguesia, proximidade de dimensão quase familiar, própria das comunidades alicerçadas na partilha comunitária de bens, de trabalho, de vivências e convivências do quotidiano, de afetos.

Quanto ao Cronograma

O cronograma que agora se desenha é rígido, aligeirado, definido em intervalos curtos, revelando pressa de atingir o fim, ansioso no seu cumprimento.

Por outro lado, estando em causa a revisão de mais de uma dezena de leis da República, é tal a amplitude e a importância da sua análise que o cronograma, também aqui se mostra desajustado aos tempos e ao compasso que devem ditar o ritmo de qualquer reforma que segundo dizem pretende-se que seja democrática.

O cronograma estabelecido não permite a articulação de todos os factores que devem ser chamados numa verdadeira reforma do estado que se pretende harmoniosa, sistematizadora e democrática.

Caras e Caros Autarcas

A questão da escala e dimensão, salvo raras excepções, não tem constituído qualquer impedimento no relacionamento das Freguesias com os Municípios e é base suficiente para «descentralização de novas competências e reforço da sua actuação» designadamente, para a conversão, em próprias e universais, das competências até agora executadas por força de contratos de delegação de competências.

A transferência dos meios financeiros deve sair directamente do Orçamento do Estado para as Freguesias e não ser «suportada exclusivamente pelo orçamento do Município, mediante a reorientação de parte da verba dos Fundos Municipais».

Municípios e Freguesias quase sempre têm estado em interacção.

A definição de critérios quantitativos é fomentadora de resultados absolutamente díspares que, além de potenciarem a ocorrência de injustiças, vão provocar incómodos, não dando resposta a questões que mais preocupam as populações:

Qualquer Reforma Democrática a fazer-se, deve ser integral e dispor do tempo necessário a debates locais que envolvam Municípios e Freguesias, Organizações Políticas, Sociais, Recreativas e Culturais e as populações.

A agregação de freguesias ao contrário do que defende o Livro Verde sairá mais cara ao Estado mas mesmo que assim não fosse, iria pôr em causa, a promoção de proximidade, para além de por em causa o inestimável valor do voluntariado com que no modelo actual o trabalho dos eleitos de freguesia se exerce maioritariamente.

As freguesias são agentes incomparáveis de coesão social, desenvolvimento local e de paz social. Hoje mais do que nunca se justifica e exige a sua intervenção na suavização dos problemas sociais e carências materiais dos cidadãos e das comunidades.

Esta é a minha posição em traços gerais, mas gostaria também de vos transmitir um ou dois casos mais recentes que provam a imprescindível valia e também a relevância do trabalho que as freguesias desempenham.

A ANAFRE assinou no mês passado um protocolo com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, com a finalidade de sermos o órgão transmissor às classes mais desfavorecida, do passados uns dias o Sr. Ministro da Tutela e o Sr. SEAL enviaram uma carta a todos os autarcas de freguesia, onde começam, uma vez mais, por enaltecer todos os serviços prestados pelas freguesias às populações, dos quais destaco, (cito) “ As freguesias desempenham um papel central na história do nosso país. Sempre se constituíram como estruturas de referência na prestação de serviços públicos de proximidade às populações em domínios que se foram revelando cada vez mais diversificados”.

Assim, Extingam-se !!!!

Não compreendemos, como, com critérios completamente errados, é certo, é exigido para um município de nível 2 e num raio de três Kms da sede do Município, que as freguesias envolvidas, tenham obrigatoriamente que ter 15.000 habitantes, senão terão que se agregar.

Já sei que o SEAL não gosta desta comparação, mas é normal que a coloquemos perante tal exigência, não querendo com tal afirmação transmitir que também se devem agregar os cerca de 40 Municípios com menos de 5.000 habitantes.

Também afirmou o SEAL, em Coimbra:

“As competências com a agregação de freguesias vão ser as mesmas”

“Tipologia, vem do INE, conta o que conta”

Estamos a falar de extinguir Juntas que abrem 2 horas à 4ª feira e no domingo à hora da Missa”

O Sr. Secretário de Estado, com certeza que falou de freguesias do seu antigo município, ou do funcionamento das freguesias no século passado, não fala com certeza das freguesias de hoje, daí, que eu, como Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira de Frades, em Coimbra, freguesia com cerca de 2000 habitantes, com cerca de 6 Km², dos quais 3 Km² são agrícolas, 350 habitantes por Km², tenho 1 funcionária Administrativa a tempo inteiro, outra a meio tempo, 3 operários indiferenciados, tenho um posto dos CTT na sede da Junta, apresentação quinzenal de desempregados, protocolado com o IEFP, Comissão Social de Freguesia, IPSS, Creche e 2 Jardins de Infância com 100 crianças, 1 escola EB1 com 88 crianças, Pavilhão Desportivo, Campo de futebol e espaços de lazer, etc, apoiando incondicionalmente as populações nos mais variados actos administrativos, de cariz social, desportivo ou cultural e também felizmente com um forte associativismo, iremos também passar à história, mas muito sinceramente, e **FINALMENTE**,

Julgo que esta proposta de Reforma não tem qualquer viabilidade.

Porque discrimina negativamente as Freguesias.

Porque não acredito na bondade da matriz dos seus critérios.

Porque tenho receio das suas consequências (principalmente a proximidade e a situação dos trabalhadores).

**Porque adopta critérios quantitativos desprezando os qualitativos.
 Porque esquece as razões históricas, o património material e imaterial
 Porque não considera os motivos de crescimento demográfico
 Porque não valoriza as condições do interior e do rural
 Porque não leva em conta os tipos de povoamento
 Porque não considera as dificuldades em distinguir os conceitos de “rural”, medianamente e predominantemente “urbano”, e definição dos seus limites.
 Esta é uma proposta que não dignifica as freguesias, as populações e numa palavra o Poder Local Democrático."**

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

“Que tempos estes?!”

Os tempos que vivemos, mais do que de simples crise financeira ou orçamental, são marcados pelo acentuar das injustiças sociais. Estas verificam-se, nomeadamente, nas tremendas diferenças na distribuição dos rendimentos. Como refere a OCDE no seu recente relatório sobre a desigualdade, "Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising", em Portugal, as assimetrias entre os 20% da população com maiores rendimentos e os 20% com rendimentos mais baixos aprofundaram-se consideravelmente, atingindo os valores mais elevados nos últimos 30 anos. Não sendo esta tendência exclusiva do caso português e deste final de 2011, o estudo deixa entrever que estes resultados decorrem de políticas tomadas à escala supranacional, obviamente com a cumplicidade e a colaboração ativa dos governantes que temos no nosso país. Também é referido no mesmo relatório que as políticas sociais em Portugal, quer as que revestem a forma de subsídios, quer as que se concretizam em serviços públicos como a saúde e a educação, têm sido uma forma de atenuar as referidas assimetrias, contribuindo para sustentar um maior descalabro nas vidas dos nossos concidadãos em situação de maior fragilidade social.

Perante este quadro, a que assistimos agora nas políticas desenvolvidas pela coligação governamental?

1.º - A um agravamento fiscal considerável, quer nos impostos diretos, incidindo maioritariamente nos rendimentos do trabalho, quer nos indiretos, designadamente no IVA dos bens e serviços anteriormente considerados básicos (bens alimentares, serviços de restauração e produtos energéticos);

2.º - A uma transferência considerável dos encargos estatais com os serviços públicos para os cidadãos, de que destaco o caso da saúde (aumento escandaloso das taxas moderadoras, quer nas urgências e consultas hospitalares, quer nos cuidados primários de saúde);

3.º - A uma significativa redução nos compromissos contratuais do estado relativamente ao pagamento aos seus funcionários, atingindo montantes de cortes salariais de que não há memória na história recente do nosso país.

Esta opção política é voluntária, intencional e programada. Não decorre de qualquer inevitabilidade ou catástrofe natural. Socorre-se de pensamentos e de teorias cujos resultados foram aplicados em várias latitudes, sobretudo nos últimos trinta anos, com os resultados que são evidentes. Curiosamente, os países que hoje são apresentados, por fonte insuspeitas, como exemplos de recuperação económica são precisamente aqueles que se conseguiram libertar dos ditames opressivos da cartilha neo-liberal: o caso da economia brasileira que, segundo

notícias de ontem, terá ultrapassado, à escala mundial, o nível da economia britânica é um exemplo emblemático que deveria fazer pensar os paladinos destas experiências catastróficas que nos querem impor.

Este programa pretende suprir as falhas de receita – designadamente a que deveria provir dos altos rendimentos, das transações financeiras, dos bens de luxo e da fuga de capitais para os paraísos fiscais – com recurso aos rendimentos dos que empenhadamente trabalham na construção do país e pagam regularmente os seus impostos.

Pretende ainda reduzir ao mínimo as responsabilidades do Estado no lançamento e na prossecução de políticas públicas nos domínios da saúde, da educação, da investigação científica, da segurança social, dos transportes, das comunicações, da energia, entre outras, obrigando os cidadãos que, além dos impostos, pagaram e pagam taxas específicas para alguns desses serviços, a verem evaporar-se, por ação de um qualquer governo de ocasião, as suas contribuições, ao longo de anos, para o erário público.

Pretende, enfim, anular a contratualização que o estado fez com os cidadãos, designadamente através de dispositivos constitucionais, com vista assegurar a todos os cidadãos, sem qualquer distinção, serviços de qualidade que promovam uma vida mais longa e de qualidade.

O que está a suceder no país, em que cegamente se procura equilibrar a tesouraria esquecendo o investimento no futuro, não pode deixar de ter repercussões muito graves na vida do nosso município. Coimbra, cidade do conhecimento e capital da saúde, podem simplesmente não passar, dentro de pouco tempo, de expressões sem qualquer correspondência com a realidade.

O projeto de candidatura de Coimbra (Universidade e Centro Histórico) a património da Humanidade estará também gravemente comprometido, ao verificarmos as dificuldades em avançar com a reabilitação da Baixa.

Estes são, pois, tempos de mudança de opções, apesar da escassez de meios: reconstrução do património e do imobiliário degradado, revitalização do pequeno comércio da Baixa, estímulos à ocupação do centro histórico urbano, apoio social reforçado para prevenir e combater as bolsas de pobreza e de marginalidade. São também tempos de distribuição dos encargos e dos custos e igualmente dos benefícios por toda a sociedade.

Com base nestes princípios, lutamos para que a previsão preocupada e algo desencantada que o Dr. Alfredo Bruto da Costa recentemente manifestou não se concretize:

«Todo o tipo de medidas que temos tido e vamos ter são medidas que não alteram o padrão da desigualdade e portanto, para mim, infelizmente, o tipo de sociedade, nas suas características principais da repartição do rendimento que vamos ter depois da crise, vai ser muito igual à que tínhamos tido.»

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz:

"Antes de começar a minha intervenção, gostaria de chamar a atenção uma vez mais, e já da última vez o fiz, é que há pessoas que vêm para aqui falar e pensam que ninguém lhes dá atenção, são mini comícios, mini conversas nesta sala, que

não se consegue ouvir quem está a fazer a sua intervenção com assuntos do interesse dos cidadãos que os elegeram e não os mini comícios como se fazem, nestas reuniões.

Há que haver respeito, o deputado Vítor Costa disse que na freguesia dele toda a gente é respeitada e que gosta de respeitar os outros, por isso acho que aqui também temos que respeitarmo-nos uns aos outros. Porque virem aqui fazer as suas intervenções e não estarem a ser ouvidos, parece-me que não demonstram a dignidade efetivamente que esta Assembleia deve ter, perante nós, perante a comunicação social e perante algum público que está presente.

Outro assunto que venho repetir, é uma situação aqui muito perto da Câmara e do Panteão Nacional, no coração da Cidade, que é o Bota Abaixo, é uma vergonha! Queria convidar o executivo, principalmente o Senhor Presidente da Câmara para irem visitar aquele local ao fim da tarde para verem como é que aquilo fica. Todos os dias aquilo é uma feira de levante num espaço público; esse espaço tem de ser licenciado, caso contrário não pode estar a ser ocupado. Além de deixarem aquilo tudo sujo com plásticos, papelões, arames, madeira, todo o lixo que fica por ali, é vergonhoso todos os dias aquele espaço ficar daquela maneira. Penso que a Câmara tem responsabilidade e capacidade de dizer às pessoas que podem ir vender, mas no fim deixarem o local limpo.

Outra situação bem no Centro da Baixa é o facto de às 3^a e 5^afeiras, à noite, ser impossível andar e viver com tanto barulho nalguns sítios como é o caso da rua da Sofia, que ainda há quem viva na nesta rua.

Dizem que Coimbra é dos estudantes, mas Coimbra é dos conimbricenses. E se passarem na Rua da Sofia nestes dois dias de semana, à meia noite os restaurantes fecham e os estudantes vêm para a rua que parecem bandos de pinguins no pólo sul a fazerem barulho. Efetivamente à ali um Centro de Dia, um Lar, uma Casa de Saúde, ainda vivem pessoas naquela rua que ao outro dia tem de ir trabalhar por isso tem direito ao sossego.

Peço que alguém desta casa com responsabilidade têm meios para atuarem nestas situações, têm a Polícia Municipal a funcionar até às 2horas da manhã, tem a PSP, que podem pedir a sua intervenção nestes casos, já para não mencionar as letras das canções que eles cantam em altos berros e com asneiras, urinam por qualquer sítio, dão pontapés nos sacos do lixo e aquela rua fica toda suja e vandalizam tudo até os sinais de trânsito não escapam.

Penso se as entidades policiais forem passando na rua, que os estudantes respeitem mais, quem por ali vive, e não fazem tantos distúrbios.

Falando de estudantes, foi detetado os autores do roubo do Menino Jesus do Presépio, na Praça 8 de Maio, não só roubo como já há vários anos consecutivos as figuras foram vandalizadas. A Câmara teve conhecimento, não sei qual foi a sanção que esse vândalo teve, ou se a Câmara permite que os estudante tomam conta da Cidade para a vandalizarem, porque nesta cidade se permite tudo aos estudantes porque se forem outras pessoas são penalizados.

Outra situação, é o facto de a Junta de Freguesia quando se dirige à Câmara, normalmente é por ofício, ofícios que alguns deles tratando de assuntos importantes não têm resposta. Que me recordo são três casos graves da freguesia

que enviei ofícios e que não obtive resposta, depois manda-se novamente a pedir esclarecimentos ao primeiro ofício, tornasse a mandar o terceiro ofício sobre o mesmo assunto e nada não se obtêm resposta por parte da Câmara Municipal.

Já tenho andado a pensar, não fica bonito mas se calhar faço o que alguns cidadãos fazem vão pedir a sua presença e as suas intervenções nas reuniões do executivo, aí efetivamente podem não resolver os seus problemas mas a verdade é que dão respostas.

Uma vez mais pelo menos em relação a três casos, fazer um pedido para que haja resposta a esse mesmo ofício, ou então terem que tomar outras providências, como aquela que mencionei."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Queria deixar duas notas:

A primeira, principalmente ao Senhor Presidente da Câmara para lhe dar os parabéns. Quando nós criticamos e conseguimos que essas críticas sejam ouvidas, acho que depois também devemos agradecer o trabalho que foi desenvolvido. Queria agradecer ao senhor Presidente da Câmara aos serviços que ele superintende relativamente ao separador central da Avenida da circular externa, penso que aquela artéria merecia uma limpeza, é uma das entradas principais da nossa Cidade, o senhor Presidente está de parabéns conseguiu alindar aquela artéria.

Outra nota positiva que quero aqui deixar, é um pormenor, um pequeno apontamento que está há anos para resolver no Bota Abaixo junto à Loja do Cidadão um passeio que foi resolvido pelos seus serviço, acabar com aquele borrão que estava naquela zona.

Uma outra nota que está relacionado com o ponto 22 da ordem de trabalho desta Assembleia, devido às obras no Açude Ponte, era importante que pelo menos, enquanto o processo não está concluído se mandasse tapar aqueles buracos no acesso e ao Choupal ao Centro Hípico. Até porque houve uma intervenção, não sei se foi para águas ou energia elétrica, uma vala no caminho. Com as obras no Açude Ponte aquele acesso é uma escapatória para as pessoas que habitam na margem esquerda, o que se torna difícil a sua circulação naquela artéria, por tanto buraco que tem.

Para acabar, quero aqui reclamar o seguinte:

Recebi uma factura/recibo no montante de 12,80€, passou para 17,50€ de uma situação que ainda não foi aprovado nesta Assembleia que é o problema dos tarifários dos SMTUC. Quero deixar aqui o meu protesto independentemente de não saber se vai ser retirado ou não.

Neste momento, o tarifário faz parte das Grandes Opções do Plano do SMTUC. Ora sendo assim, como é que eu tenho aqui uma fotocópia de uma factura datada de 26 de Dezembro, em que os SMTUC já estão a facturar pelos novos tarifários, quando as Grandes Opções do Plano do SMTUC ainda não foram aprovadas por esta Assembleia?

Este é o meu protesto, porque acho uma falta de respeito perante esta Assembleia, então não valia a pena vir aqui o tarifário nas Grandes Opções do Plano, uma vez que já está implementado.

Este, é o protesto que quero deixar.

Outra observação que queria fazer é o seguinte:

Senhor Presidente, deixei de ver circular nos autocarros, a publicidade aos transportes subsidiados pelo Governo. Agora com o Governo PSD/CDS, pode ser que a Câmara e os SMTUC agora consigam as indemnizações compensatórias que foram exigidas por esta Câmara quando era o Governo do PS.

Penso que, agora, com o Governo PSD, V.Exas irão conseguir essas indemnizações compensatórias e eu serei o primeiro a aplaudir.

Com governo PSD e a Câmara PSD, vão de certeza conseguir as indemnizações compensatórias não vejo a necessidade de subirem o tarifário.”

Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS):

“O que me aqui trás em nome do Partido que me elegeu, é uma reflexão um pouco na linha ou muito na linha, do discurso de consternação a que somos levados a ter observando a realidade, vivendo na carne a realidade do País que somos, a realidade deste peso da austeridade da contenção e das sucessivas medidas, cujo futuro não nos é em absoluto conhecido, medidas que podem em determinados setores serem questionadas, mas, eu quero-me centrar em nome do Partido, que me elegeu, num aspeto que diz respeito a algo a que a nossa Cidade quer queira quer não, está particularmente ligada, à Universidade e ao destino dos jovens do nosso País. Tem-se falado, todos nós sabemos não é preciso o Primeiro Ministro vir aflorar em discurso, não me detenho sobre o teor e o modo como é equacionado essa realidade, agora essa realidade é inquestionável, a do êxodo do cérebro a do êxodo de jovens, que, não têm esperança nenhuma aqui em Portugal, que não têm portas abertas nem viabilidade de construírem projetos de vida e são levados, ou depois de estudarem lá fora, a tentar agarrar-se a qualquer coisa que lhes permita sobreviver fora do País ou que, depois de anos de desilusão e de espera, depois de terem obtido os seus diplomas, com notas muitas vezes consideráveis, de boas notas são levados a emigrar e a constituírem e a fazerem o seu projeto de vida, fora da sua terra. Mas não são o mal a destruição que, estamos a assistir desse forte espaço que, deveria ser de esperança, que deveria ser de construção do futuro do País, vai mais fundo, vai não apenas ao nível dos jovens diplomados, mas infelizmente ao nível daqueles que lutaram por entrar na Universidade, para obterem o seu diploma e serem cidadãos úteis, no Portugal de amanhã.

Os cortes na Educação, os cortes no Apoio Social que de alguma maneira, se espelham também no próprio orçamento camarário, esses cortes a nível nacional levam a que milhares de estudantes passem, neste momento, fome. Levam a que milhares de estudantes tenham deixado já as suas Universidades, por pais desempregados, por acréscimos de despesas que levam a que se torne incomportável a continuação dos seus estudos.

Conheço de perto essa realidade porque me passa pelas mãos, uma realidade que ameaça inclusiva as pós-graduações que neste momento visa mais estudantes estrangeiros do que estudantes nacionais, e isto é pesado na Universidade, o que é que nós temos feito em prol desta situação.

É claro que podemos pensar que esta situação tem contado com a solidariedade, a nível pessoal, tem contado, na Universidade de Coimbra com a solidariedade de instituições ligadas à Igreja, como o Instituto de Justiça e Paz.

Penso que os dirigentes do Município têm, tanto quanto eu, conhecimento disso e vocação, será este um trabalho para que órgãos da igreja estão vocacionados mas, a sociedade civil não deve delegar, não pode delegar e demitir-se de responsabilidades sobre o futuro da Universidade em Coimbra, sobre o futuro destes jovens, são mais valias que a Cidade vai perdendo e eu diria, ainda bem, ainda bem que se ouve barulho na Baixa daqueles que ainda podem confraternizar-se, porque muitos já foram deixando o grupo da confraternização porque neste momento estão em casa de braços cruzados.

Portanto, aquilo que me parece que devemos de facto ter em conta é o seguinte:

Trata-se de um direito lúdimo, o direito à educação que está a ser cortado a esses jovens.

A Câmara, o Município tem obrigação de assumir também como seu, numa Cidade que se diz que foi Capital da Cultura, numa Cidade que pretende ver a Alta e a Universidade convertidos em Património da Humanidade, mas que diabo, que humanidade? de uma humanidade desumana.

A Política da Cultura na Câmara passa também, pela política do fomento do direito à educação e por um forte empenhamento neste papel quiçá em parcerias com a Universidade quiçá com parcerias com aquilo que for possível para manter os nossos estudantes e os estudantes carenciados no fruir de um direito que lhes é devido e que é devido ao País, um investimento na sua juventude, um investimento no seu futuro.

A Cultura passa antes demais, pelo direito à educação, pelo direito à formação destes jovens e penso que a cultura em Coimbra tem neste momento de crise que reequacionar em função desta realidade, que é uma realidade que não é para brincadeiras, é uma realidade muito grave.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Dois assuntos que me trazem aqui.

O primeiro elogiar a atitude do Senhor Presidente da Câmara em defesa da continuidade do IC3. Nós nestas coisas não temos que olhar se o Governo é do nosso partido ou do outro partido, temos que olhar àquilo que é fundamental e ao interesse de Coimbra. Há questões que não são cubísticas nem partidárias. O caso do IC3 é do interesse de todo o Município. Não podemos em circunstância alguma, em Maio, eu tive uma intervenção nos jornais respeitante a isso, ver parar o IC3 em Almalaguês, ligar a Condeixa, à auto-estrada. De facto, o IC3 em que continuar, e tem de ser um elemento estruturante para o município, mas também do interesse super municipal ou super regional.

Portanto, está de parabéns pela sua determinação e pela sua coragem.

Seguramente contará com a Junta de Freguesia de Souselas e com os souselenses para lutar a seu lado, para que de facto esse itinerário complementar siga para norte e que se possa permitir às freguesias da zona norte não só de usufruir deles, mas também vir a permitir a médio e a longo prazo a construção da plataforma logística e o desenvolvimento económico e social daquela zona do concelho que também o merece e tem esse direito.

Portanto, contará seguramente connosco e continue com esta determinação e com esta firmeza.

O outro assunto também não tem cor política, tem a ver com a Reforma Administrativa Política Local.

Quero agradecer a todos os colegas de Coimbra, que deram uma lição ao País, no Congresso Nacional da ANAFRE, em que levámos uma moção que representava e espelhava o pensamento de todos, foi aprovada por Coimbra por unanimidade e que em pleno Congresso da ANAFRE de facto não teve um único voto contra. Fico satisfeito coube-me a mim defender essa moção e apresenta-la. Isso não é o que está em causa.

O que é fundamental foi o exemplo dos Presidentes de Junta que se uniram, prepararam uma estratégia, ganharam e venceram com essa estratégia.

Portanto, a todos os colegas de Coimbra fico naturalmente o meu muito obrigado e a possibilidade que tiveram de defender e de apresentar essa moção.

A propósito da reforma Administrativa Local, não podemos andar toda a vida com paninhos quentes.

De facto, eu fui crítico, continuo a ser crítico, e não tenho nenhum problema de criticar aqueles do Governo pelo Partido que fui eleito. Fui eleito por uma lista de coligação PSD/CDS/PPM, fui eleito pelos souselenses, e essa é a minha responsabilidade, de defender a minha freguesia e as pessoas que me elegeram.

De facto, isto é uma Reforma cega, injusta e errada!

Se sua Excelência o Senhor Secretário do Estado admite por a hipótese que a matriz não é inteligente, ele tem toda a razão. Ela assenta em critérios de natureza demográfica. Os critérios de natureza de distância, a identidade, a história, a dinâmica social, territorial, económica, tudo isto foi esquecido nesses critérios. A matriz não é inteligente, só há uma forma de resolver esta questão, é acabar com ela. A regra do bom senso, e porque o País tem tantos problemas, seguramente não é a Reforma Administrativa com mais ou menos freguesias, ou com a extinção de freguesias que vai resolver os problemas do País, antes pelo contrário, as freguesias são uma alavanca para ajudar a resolver muitos dos problemas das populações locais, nomeadamente num momento de crise; a regra do bom senso é suspender o processo. Clarificar competências das freguesias e aumentar as dotações financeiras para as freguesias.

Isso, é que era uma atitude fundamental, uma matriz inteligente da parte da tutela. Portanto, serei sempre contra, porque não podemos ir por imposição, há aqui algum autismo da parte do Governo sobre esta questão, e arranjaram uma manobra de diversão, as freguesias. É incompreensível, é inadmissível! .

Todas as freguesias receberam uma missiva da parte do senhor Secretário de Estado e do senhor Primeiro Ministro e que se falou pouco dela, em que elogiava não só, a importância mas também o papel das freguesias, bem como os seus executivos e as suas assembleia de freguesia. Isto de facto parece um filme do Mister Bill, só podem estar a gozar ou a brincar connosco. Como é que se manda um officio, e está correcto e justo, ainda bem que a tutela reconheceu a importância das freguesias e simultaneamente se propõe a extinção das freguesias. Portanto, nestas comédias não vou embarcar, com com todo o respeito que merece naturalmente o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado. São homens bons, é gente inteligente, é gente que é capaz de fazer trabalho mas, é gente que também tem de reconhecer que do outro lado estão presidentes de junta, que estão secretários e tesoureiros e toda uma equipa que o povo elegeu e que muito fazem pelo desenvolvimento das suas freguesias e que muitas condições de bem estar e social que era da responsabilidade da Administração Central que não as faz e não as assume, são substituídas nestes casos, pelas Junta de Freguesia.

É bom que o senhor Secretário de Estado e o Senhor Primeiro Ministro ponham a mão na consciência, façam um ponto de paragem, de reflexão, e que suspendam este processo, não vale a pena andarmos a bater nas costas uns dos outros, somos contra e teremos de demonstrar que somos contra.

Era isto que eu vos queria dizer.

Para terminar só queria que a Assembleia tivesse conhecimento da Moção que os autarcas do distrito de Coimbra e com o apoio dos autarcas desta Assembleia levaram ao Congresso Nacional e seguramente com satisfação pela forma como esta moção foi aprovada, a qual passo a ler:

Moção

“As freguesias fazem parte da história da organização político-administrativa do país e muito têm contribuído para o seu desenvolvimento bem como para a criação de condições de bem-estar dos seus habitantes sendo por isso um activo que deve ser respeitado.

São aquelas que estão mais perto dos cidadãos e que mais rapidamente e melhor respondem aos seus problemas e anseios.

Que não se utilize a figura do autarca e a necessidade de uma nova reorganização político-administrativa com eliminação ou fusão de freguesias para justificar a situação financeira do país, as freguesias representam uma ínfima parte do orçamento geral do estado e são reconhecidas por aplicar bem os seus recursos financeiros.

As Freguesias da Delegação Distrital de Coimbra da ANAFRE, reunidas a 19 de Novembro de 2011, na casa do Povo de Souselas, vêm manifestar a sua total discordância e recusa da Reforma Administrativa Local em curso que visa a extinção ou fusão das freguesias, por ser injusta, discriminatória e errada, por ignorar a melhoria das condições de vida das populações e dos serviços prestados pelas freguesias.

A organização do mapa político-administrativo do país não poderá em circunstância alguma decorrer por imposição, sem respeitar e levar em consideração a vontade expresso das populações, dos autarcas e dos direitos já garantidos dos cidadãos.

Com efeito;

Foi aprovado por unanimidade levar à consideração do XIII Congresso Nacional da ANAFRE as seguintes deliberações e princípios, dos autarcas de Freguesia do Distrito de Coimbra;

- 1) Não à extinção ou fusão de freguesias!
- 2) A capacidade local de decisão sobre o futuro de cada freguesia é inalienável. Defenderemos este princípio até às últimas consequências.
- 3) Propomos que se alterem as Competências e se garantam os meios financeiros e humanos adequados à prossecução dos fins atribuídos.
- 4) As Freguesias assumem demonstrar publicamente a sua força e levar a efeito as seguintes acções de modo a consciencializar a opinião pública e o poder central, da sua importância e relevância, para o crescimento sustentado do país e da qualidade de vida dos cidadãos, através das seguintes acções;
 - a) - Recusa de utilização do Selo Branco ou Encerramento das Juntas de Freguesias 26 a 31 de Dezembro.

(com sensibilização da comunidade e da imprensa para os seus objectivos)

b) A 14 de Janeiro, Deslocação Nacional das Freguesias a Lisboa, para entrega ao Secretário de Estrado das reclamações dos munícipes face à iminência do desaparecimento das suas freguesias.

Aprovado por unanimidade pelas freguesias presentes no Encontro Distrital.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Não posso deixar de dizer ao nosso Presidente da Assembleia, que o Partido Socialista tudo tem feito para que nesta casa se respire democracia, mas V. Exa. inexplicavelmente se foca e sem necessidade alguma. Isto a propósito de dizer, que não é razoável nesta quadra com este espírito, que a convocatória para esta Assembleia seja dirigida a todos nós deputados, no dia 21 de Dezembro e depois os respectivos documentos que compõem a ordem de trabalhos nos vão chegando dia após dia.

Não é aceitável!

Provavelmente Senhor Presidente que se convoque esta Assembleia para esta quadra natalícia e de ano novo com uma agenda de mais de vinte assuntos da ordem de trabalhos. Com orçamentos e regulamentos pelo meio.

O exercício da democracia Senhor Presidente, nesta casa será o que V. Exa. quiser, é certo, mas assim, desculpe, não está bem, terá que exercer o mandato, um pouco mais ou menos, mas não será necessariamente da nossa responsabilidade.

Dito isto, quero desejar:

“VOTOS DE ANO BOM Á MAIORIA PSD/CDS/CDU

Quero desejar a esta maioria, à maioria que governa este país, a mais frutuosa gestão dos avultados recursos, que irá obter dos seus cidadãos.

Agora que o governo da maioria PSD/CDS procedeu ao aumento dos impostos, a cortes nos salários, nas pensões e nos transportes, nos produtos de primeira necessidade e bem assim ao aumento do preço e IVA na eletricidade e no gás.

Agora, que o governo de maioria procedeu ao corte dos subsídios de Natal e de Férias dos trabalhadores e pensionistas da função pública.

Agora que o governo de maioria vai introduzir fortes reduções e tetos nas deduções do IRS, nas despesas de saúde e educação, entre muitíssimas outras.

Agora que o governo de maioria vai obrigar os proprietários e senhorios a pagar mais pelas suas casas, com a eliminação das deduções com a amortização dos empréstimo à habitação ou dos subsídios de renda de casa.

Agora que o governo de maioria, na política social que está prosseguir reduz para 18 meses a duração máxima do subsídio de desemprego, isto para além da maior facilidade em despedir e estabelecer indemnizações mais baixas pelo despedimento.

Agora que o governo de maioria vai estabelecer uma moderação salarial no setor privado, reduzindo a metade o pagamento das horas extraordinárias, além de que todos os trabalhadores irão trabalhar mais meia hora por dia.

Agora que o governo de maioria vai aumentar para o dobro as taxas moderadoras nas urgências hospitalares.

Agora que o governo de maioria vai buscar tudo e mais o que houvesse aos bolsos dos portugueses, empobrecendo-os sem limites com uma política de austeridade deprimente e socialmente perigosa, o Partido Socialista quer desejar a V. Ex e a toda a maioria que governa este concelho as maiores felicidades e veja, pelo

menos concretizadas três realizações permanentemente por si reivindicadas nesta Assembleia:

- A primeira, o Governo da Administração Central - PSD/CDS transfira para os SMTUC na mesma medida em que o faz para os Transportes de Lisboa e Porto, os respectivos subsídios indemnizatórios para compensar os défices de exploração dos SMTUC.

- A segunda, que o Governo da Administração Central - PSD/CDS proceda agora à reconversão urbana da velha Estação Velha de Coimbra B.

- A terceira, que o Governo da Administração Central - PSD/CDS implemente de forma programada as empreitadas suspensas para concretização, também na nossa cidade, do Metro Ligeiro de Superfície.

Se assim não fôr, por uma questão de coerência não resta à maioria desta Câmara e ao Sr. Presidente, senão reinscrever nos autocarros dos SMTUC as quantias discriminatórias que o governo PSD/CDS transfere para os transportes públicos de Lisboa e Porto, por um lado e para os Transportes Públicos de Coimbra, por outro.

Se assim não fôr, por uma questão de coerência e verdade não resta senão a V. Exas., Senhores Deputados da maioria PSD/CDS, declararem publicamente que “Passos Coelho não gosta de Coimbra!”.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Naturalmente, fui instado em relação à instalação que temos aqui nesta cidade, saber se em Maio quando foi assinado o tal dito memorando com aquela gente que veio negociar o empréstimo se era este PS ou se era outro que estava no poder.

Já agora saber também qual o grau de violência com que o PS se absteve no Orçamento de Estado para 2012. Agradecia que o senhor deputado esclarecesse isto porque eu, em termos de instalação fiquei com isto tudo baralhado.

Gostava que esclarecesse já, para eu perceber bem, a real dimensão da intervenção que aqui foi feita.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O senhor deputado da CDU que forma a maioria nesta Câmara, naturalmente não tem bem acompanhado os debates na Assembleia da República, se bem se lembra foi devidamente explicado que este Governo, que nesta Câmara a CDU e a população de Coimbra bem sabe e traduziu o voto no seu partido em muito menos de metade nas freguesias precisamente pela coligação que adotou, não tem outra explicação a votação no seu partido, mas isso é da responsabilidade do seu partido concerteza se tivesse andado atento tinha a obrigação de ver que o governo da maioria tomou de austeridade que foi muito para além das medidas exigidas pela Troika.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Sem querer pôr em causa a intervenção política, que o senhor deputado teve e tem todo o direito de a fazer, de fazer as considerações ainda que um pouco marginais às questões que lhe foram feitas.

Mas eu reafirmo as questões concretas que lhe coloquei.

Primeiro, se este Partido Socialista é o mesmo, que assinou o memorando com a Troika em Maio deste ano, ou se porventura qual o grau de agressividade com que

este Partido Socialista se absteve no Orçamento de Estado para 2012, que tanto é contestado agora."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Ameal:

"A forma como o meu colega João Pardal, Presidente de junta de Souselas explanou aqui, aquilo que nós decidimos, aquilo que nós propusemos para que fosse a luta das freguesias contra o encerramento das mesmas.

Acho que foi bem explanado tanto no Congresso Nacional, penso que o João Pardal explicou muito bem o que nós pretendíamos, quer aqui nesta Assembleia.

Proponho que as conclusões que pusemos no Congresso que passem também aqui a ser moção para que seja aprovada por esta Assembléia, uma vez que estamos todos de acordo."

Intervenção da deputada municipal Joana Martins (Por Coimbra):

Moção

"Promoção Cultural do Concelho"

A produção cultural sempre foi, continua a ser e será uma das principais mais-valias de Coimbra. Qualquer órgão de poder do nosso Concelho tem de chamar a si responsabilidades nesta área, assumindo os velhos valores culturais e promovendo a criação e a mostra de novas referências. Como tal, julga a JSD/Coimbra ser necessário que a Câmara Municipal oriente a sua já vasta política cultural por três novos vetores ou pilares, que julgamos irem ao encontro dos objetivos inicialmente traçados, com proveitos para toda a cidade, para munícipes e turistas, que queiram, de forma assídua e regular, estar sempre ao corrente do que de melhor se faz no domínio cultural, no nosso município.

Em primeiro lugar, apostando nas redes sociais, que se tornaram hoje uma ferramenta indispensável e extremamente eficaz de divulgar, mas também de receber feedback, de eventos e acontecimentos relevantes. Será um meio muito útil de chegar a segmentos de público mais jovens ou já familiarizados com as novas tecnologias. O Município não se pode alhear desta comunidade online que diariamente ganha novos membros.

No segundo pilar, decidimos chamar a atenção para a aposta numa plataforma condensadora do panorama das actividades culturais. Enquanto órgão nevrálgico da cidade, a Câmara deve chamar a si a tarefa de facilitar o acesso aos eventos culturais, quer a munícipes, quer a turistas. Deve ser um eficaz entreposto de recepção das novidades e projecção das mesmas a um público o mais alargado possível. Sendo um intermediário, deve quebrar barreiras e vencer distâncias entre o espetador e o espectáculo. Com este intuito, propomos a criação do Laboratório da Cultura, uma "loja" da cultura, que venda bilhetes para todos os programas culturais a decorrer no Concelho, resultante de uma parceria inovadora entre todos os pólos de programação cultural da cidade. Sabemos que aqui se levanta a questão da heterogeneidade do público mas, reconhecendo a essa questão, simultaneamente, uma exigência de maior e uma importância máxima, decidimos autonomizá-la.

E assim chegamos ao terceiro vetor, mais generalista e metodológico — o da satisfação de um leque o mais alargado possível de gostos culturais. A abertura e o experimentalismo devem nortear a política cultural camarária e o paradigma que visamos introduzir aqui é o da divulgação e facilitação do acesso a uma das dimensões mais irredutíveis da nossa identidade societária — a Cultura.

Guiados por este último pilar mais generalista, devem seguir o seu caminho muitas outras ideias, que desde já adiantamos, como sejam a colocação de ecrãs nos autocarros mais movimentados dos SMTUC, lojas dos SMTUC, no Teatro da Cerca, na Casa da Escrita, mas também em locais extra-camarários, mas muito movimentados, como seja a Universidade de Coimbra (compreendida pelas diferentes Faculdades e Departamentos), a Associação Académica de Coimbra, mas igualmente nos Centros Comerciais do Concelho, aproveitando as infra-estruturas que estes já têm para o efeito, por via de parcerias e acordos.

Assim se prevê difundir a agenda cultural a um grupo de pessoas bastante mais alargado de uma forma muito mais eficaz e interactiva. Prevendo a viabilidade do projeto com recurso a publicidade.

Porque acreditamos numa cidade viva e dinâmica, orientada pela construção de novos valores, numa constante redefinição de si mesma; porque acreditamos nas vantagens turísticas, económicas e sociais de uma Cidade que tem para oferecer a quem cá vive e a quem cá passa um programa cultural que se distingue pela excelência; julga a JSD/Coimbra ser dever da Câmara assumir esta linha condutora (verdadeiramente, promotora!), como forma de reconhecimento do mérito de todos aqueles que produzem para o entretenimento e gosto de outros.

Moção

“Qualidade de Estudo em Coimbra”

Sendo Coimbra uma cidade universitária é natural que sinta, durante os períodos da época de exames, uma maior necessidade de infra-estruturas e espaços para que os estudantes se possam preparar para as suas provas.

Fato é que, nos últimos anos, se tem sentido uma enorme falta de oferta de locais de estudo tranquilos e adequados a um bom nível de concentração.

Como é sabido, num momento em que o mercado de trabalho procura licenciados cada vez mais bem preparados, as Instituições de Ensino Superior aumentaram severamente os níveis de exigência para que os estudantes possam competir num mercado global. Como tal, os universitários vêm-se agora obrigados a prolongar o seu horário de estudo até tardias horas, hábito que se generalizou na cidade de Coimbra

Contudo, infelizmente a cidade não está preparada para dar resposta a horários tão alargados nem tão pouco aos grandes números de alunos que procuram um local para estudar.

É tal a necessidade que mesmo tendo a Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra transformado as cantinas universitárias em salas de estudo, continua a haver falta de espaço e de condições propícias à concentração. De notar que até mesmo nestes espaços, nos últimos anos se enfrenta uma grande dificuldade de controlo do ruído devido à concessão do bar da Associação Académica de Coimbra. Que por se encontrar no espaço exterior dos jardins da Associação Académica de Coimbra inviabiliza qualquer possibilidade de isolamento sonoro para os espaços de estudo, o que faz com que invalide as potencialidades destes espaços.

A JSD/Coimbra considero que, tendo a AAC e as Instituições do Ensino Superior capacidade logística para fazer face a este desafio mas não a colocando, contudo, ao serviço dos estudantes, e sendo a Câmara Municipal de Coimbra proprietária de vários espaços em toda a cidade possíveis de utilizar ou adaptar para o efeito,

cabe-lhe o dever de apoiar os jovens nesta quase básica necessidade de terem condições para estudar.

Assim, uma solução que apresentamos como possível é a do alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal até às 2h da madrugada, podendo este serviço ser assegurado com recurso à contratação de estudantes bolseiro. Acreditamos que esta solução traria por um lado uma melhoria significativa à qualidade de estudo de muitos jovens, sendo por outro lado uma medida social de apoio a alunos que tendo dificuldades económicas estão dispostos a trabalhar para poderem prosseguir os estudos.

Por outro lado, e não em substituição, a JSD/Coimbra propõe à Câmara Municipal a suspensão do licenciamento de ruído do bar exterior da Associação Académica de Coimbra, se não sempre, pelo menos durante a época de exames. Por considerarmos que só assim poderão ser salvaguardadas as características básicas necessárias a um espaço de estudo.

A JSD/Coimbra entende que este papel é uma responsabilidade de todos os agentes da cidade, pelo que apela à Câmara Municipal de Coimbra para que tenha grande sensibilidade na resolução deste problema que afecta tantos jovens que escolhem Coimbra como cidade para prosseguir os seus estudos, se formarem como profissionais e como cidadãos.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Também retribuo os votos de um Bom Ano, e que acima de tudo esse ano que se aproxima seja um ano bom para todos nós em termos de saúde e acima de tudo muita determinação em relação a todos aqueles que têm cargos de responsabilidade.

De facto, o ano que agora finda constitui um marco bastante negativo na história do nosso País. Perdemos, na prática, uma enorme fatia da nossa soberania, aquela soberania que ainda nos resta ou nos restava e agora teremos que nos sujeitar às regras que nos foram impostas pela Tutela Internacional.

Há pouco quando ouvi aqui, com todo o respeito que merece o deputado Ferreira da Silva, confesso que compreendo que a situação atual do País não é uma situação fácil, é uma situação extraordinariamente grave como todos sabemos. Mas o que é certo, é que, quando se fala que a atual governação do PS CDS que promoveu ou está a promover o aumento de impostos, cortes nos salários, cortes nos subsídios de férias e natal e outros sacrifícios para todos os cidadãos.

Pergunto se alguém acredita que o político responsável faça e assuma este tipo de decisões de forma fácil ou leviana.

Todos sabem, que o País entrou numa situação de insolvência, se não fosse a ajuda internacional muitos daqueles que têm direito as suas legítimas retribuições, não as iriam receber. Portanto, compreendo, quando se chega a uma situação de aflição as pessoas começam a pensar muitas vezes não da melhor forma, porque se alguém nos ensinar como é que se faz o milagre da multiplicação, agora não é legítimo nem aceitável que alguém pense que se pode lavar as mãos como Pilatos fez, da irresponsabilidade populista em que deixou ficar este País. Não é possível fazer de outra maneira, eu gostaria que fosse de outra forma, eu bem gostaria que não acontecesse nada daquilo que o senhor deputado Ferreira da Silva referiu, eu comungo das preocupações dele e comungo de todas as preocupações de todos daqueles que aqui estão e daqueles que tem

responsabilidade neste País. Mas confesso que é preciso perceber que não há alternativa, àquilo que de facto temos que enfrentar no próximo ano.

É por isso que ganha cada vez mais força a ideia, isto é a minha convicção, da afirmação desta região de Coimbra no contexto nacional, porque é aqui, que teremos de pugnar para que esta região se transforme numa terra de oportunidades.

É neste contexto que de facto Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, nós contamos consigo, a liderar nos próximos anos o interesse desta região, que é a Região do Baixo Mondego, que é Região do Pinhal Interior, que é a Região dos mais concelhos adjacentes. Porque é preciso opinar já que o disse o senhor Presidente da Freguesia de Souselas, é preciso de facto, implementar o IC3. Eu também fiquei muito satisfeito, quando vi de uma forma solidária e acima de tudo determinada, está envolvido na prossecução deste itinerário que é crucial para a ligação dos vários concelhos do interior, pelo menos até a Região de Tomar.

Porque também é preciso defender Coimbra, como sede matricial de um verdadeiro Polo de saúde de excelência e também, uma vez por todas, reabilitar o projeto do Metropolitano Ligeiro de Superfície. Não é aceitável que há 18 anos, nós andamos aqui, permanentemente a falar do Metro Ligeiro de Superfície. Não é aceitável para um país que diz concretamente que não é um País do Terceiro Mundo, então de que País se trata? Quando há 18 anos passamos a vida a falar em projetos, quando passamos a vida a falar em remodelações, quando passamos a vida a falar em desentendimentos, e nunca mais temos o Metro Ligeiro de Superfície mas temos uma coisa, temos despesa que é preciso dizer aos cidadãos porque razão é que essa despesa foi gasta, e porque razão temos uma mão cheia de coisa nenhuma.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que V. Excelência tem que uma vez por todas dizer à tutela, dizer ao Metro Mondego que a Região de Coimbra precisa deste investimento e nós não podemos continuar por muito mais tempo sem uma decisão definitiva sobre esta matéria. Porque é necessário assegurar a mobilidade dos transportes na região, mas também outras realidades são necessárias como a rede educativa, e a rede dos equipamentos de saúde, tudo isto numa perspectiva supra municipal, promovendo o desenvolvimento económico social e cultural de Coimbra e da sua região.

É minha convicção que o desenvolvimento de Coimbra não se circunscreva apenas às 31 freguesias. Coimbra precisa que os restantes concelhos também se desenvolvam.

Coimbra também precisa que esses concelhos ganhem seguramente se Coimbra também se desenvolver.

Coimbra afirma-se como capital regional em solidariedade com os restantes concelhos e nunca virando as costas aos mesmos, porque não é possível que efetivamente nós possamos defender todos estes interesse, o próprio Metro Ligeiro de Superfície que tem que ser em consonância exatamente não com um Baixo Mondego de um lado e um Pinhal Interior do outro!

È preciso mudar esta realidade. Contamos por isso consigo senhor Presidente, contamos com a sua magistratura de influência, não só como responsável pela condução dos destinos deste município mas essencialmente como líder regional com Coimbra no Centro de Portugal.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Começo a minha intervenção, lamentando que continuamos com uma Assembleia, pouco dignificante para os deputados, estamos todos ali encolhidos e acho que chegou a altura de se mudar esta situação.

Deixar também aqui uma nota, em relação a todos aqueles que têm defendido e lutado contra a construção da Mini Hídrica em Penacova, já que é uma situação de carácter regional, Coimbra não pode ficar alheira, sendo uma situação que em termos energéticos, não irá ser significativa à sua produção, e que é um contra senso, foi construída uma casa, uma escada de peixe na Ponte do Açude, e está em causa mais a montante a questão da biodiversidade, quero deixar aqui o meu apoio porque estão em causa ainda questões de carácter ambiental e questões de carácter cultural e também questões de carácter ao nível de turismo e desporto.

Fica aqui o meu apoio e sublinho que sou contra a construção dessa mini hídrica.

Em relação às obras da Ponte do Açude, queria dizer também que penso que a Câmara, pese embora, possa não ter a responsabilidade direta poderia ter feito mais alguma coisa.

Os acidentes sucedem-se, ainda ontem à noite, novos acidente ocorreram, alguns com grande gravidade. Penso que a Câmara Municipal poderia ter um papel mais ativo no sentido de ser colocada uma sinalização mais consequente, nomeadamente um semáforos no trânsito que vem no sentido de St^a Clara/Ponte Açude, inclusiva colocar uma rotunda provisória para aliviar e tornar mais fluído do trânsito no tabuleiro inferior da margem direita, e inclusiva arranjar melhor as valetas subjacentes também, à plataforma inferior da margem esquerda. Já que existe ali horas de ponta que é muito difícil o trânsito conseguir fluir naquela zona.

Também sublinhar a questão que continua a haver uma grande sinistralidade na Avenida Gouveia Monteiro, pese embora se saiba que alguma coisa está a ser feita, mas é uma situação urgente.

A rotunda junto à escola Agrária, se não tem acidentes diários não andar muito longe e portanto é uma situação que deveria ser acautelado.

Queria ainda sublinhar que Coimbra continua bastante suja, não só todas as notícias que têm vindo a público mas, relembra que é uma situação que tenho vindo a debater e a trazer a esta Assembléia. Os taludes do rio Mondego continuam a ser uma vergonha para esta Cidade, um postal bonito que é Coimbra visto daquela margem, está cheio de silvas junto ao rio, os choupos continuam a crescer e a degradar fortemente os taludes, a quantidade acumulada é tal que os roedores encontram ali um verdadeiro paraíso.

A Feira dos 23 também poderia ser mais dignificada, nomeadamente o arranjo das entradas laterais, de forma a dignificar inclusiva a construção numa parte de alguns alpendres que possam albergar alguns restaurantes.

Em relação à Polícia Municipal apelava ao Senhor Presidente, que os faça trabalhar um pouco mais, peço desculpa do termo mas, acho que esta Polícia Municipal não se pode limitar só a fazer caça à multa. Penso que em termos ambientais a Polícia Municipal poderia representar um papel preponderante. Por exemplo, em termos de vigilância poderia a Polícia Municipal à questão do ruído

ter um papel preponderante também, mas não o tem, limita-se simplesmente na caça à multa e pouco mais faz. Penso que chegou a altura da Polícia Municipal realmente ir mais além, ser munida de mais e outros meios, ser mais pró ativa.

Em relação ao mapa de ruído, e dando seguimento a questões que já falei anteriormente, até hoje não houve coragem de ninguém abordar a questão da Queima das Fitas.

A população de Coimbra nomeadamente de Santa Clara, que vive um período bastante complicado, durante a realização do espetáculo da Queima das Fitas. Penso que os horários deveriam ser alterados, já que acabam por ser um contra senso, sei que existe já um mapa de ruído, mas não existe ainda uma carta de ruído, e é urgente começar a identificar estes pontos, e era urgente para já cumprir a legislação em vigor.

Porque há população que sofre com este tipo de poluição. É um tipo de poluição que ninguém liga mas, também tem os seus efeitos na saúde pública.

Há que haver coragem e abordar esta questão do ruído.

Também em relação à PT/Coimbra Basquete, deixo aqui uma questão sobre a utilização do pavilhão pela PT/Coimbra Basquete e com um pequeno histórico.

Sabemos que no fundo foi um privado que comprou à PT, este privado obviamente que cedeu gratuitamente à Câmara Municipal de Coimbra, resultando um protocolo que terminará em 31 de Dezembro de 2011. Ora, a Câmara comunicou que o Coimbra Basquete tem de passar a utilizar a escola da Quinta das Flores para treinar no pavilhão multiusos para os jogos oficiais.

A grelha de horários que a Câmara vem dar a escola da Quinta das Flores não dá para a totalidade da actividade do Coimbra/Basquete prejudicando cerca de 40 atletas do mini basquete, entre os 5 e os 11 anos de idade.

A questão que coloco é muito simples:

Qual o futuro, até ao prometido novo pavilhão estar concluído, já que supostamente deveria estar pronto até Março de 2012, e aproximamo-nos a passos largos de Março de 2012 e portanto, queremos saber qual é o futuro e em que situação é que isto está, e qual é desporto no futuro a dar a estas crianças.

Para terminar uma nota final, não era para falar nesse ponto mas, já que o deputado que me antecedeu falou em milagres e da multiplicação. Em relação ao Governo efectivamente o Governo do PS era bastante criticado de andar de PEC em PEC, eventualmente se o PEC 4 tivesse sido aprovado, talvez o tipo de empréstimos não seria este, talvez a situação poderia não ser tão complicada, obviamente também cometeu os seus erros, mas não esqueçamos que, em termos indicadores, Portugal estava a subir lugar quer ao nível da saúde, da educação, a sustentabilidade da segurança social, as energias alternativas, todo um conjunto de vectores que realmente estavam a levar à conta do endividamento, mas era um endividamento positivo.

O Governo com as suas promessas, veio dizer aos portugueses que não podiam continuar com mais sacrifícios e não podendo continuar com mais sacrifícios, havia que deitar abaixo o governo, foi essa a sua justificação.

O que acontece entretanto, é que este Governo rendeu-se completamente à senhora Merkle, nem sei se, se rendeu ou se, se vendeu completamente à troika e a esta senhora. O que é que este governo tem feito é de andar de austeridade em austeridade!

Foi falado aqui no milagre da multiplicação, acho que houve realmente foi o milagre da subtração, milagre da subtracção logo na meia hora de trabalho, que na minha opinião é um roubo, é um roubo aos trabalhadores já por si prejudicados num País que ganham ordenados de miséria, um roubo nos subsídios de férias e de Natal, criando uma nova classe de novos ricos, cujo os rendimentos já são parte, a diminuição de férias para 22 dias, a diminuição dos feriados, a perda clara dos direitos dos trabalhadores com aumento de trabalho, a redução dos dias de 20 para 8 das indemnizações de 12 dias para um limite de 12 anos, as taxas moderadoras começaram a ser co pagas, começamos a entrar no co pagamento isto já não é o serviço nacional de saúde, já falta pouco para se entrar no privado, a questão do IRS o aumento do IVA, do IMI, do Gás da electricidade, dos transportes públicos, os medicamentos a alimentação, acrescentando ainda a diminuição das participações sociais.

Perante todos estes sacrifícios, o Governo consegue o milagre da multiplicação senhor deputado e aí, dou-lhe razão, conseguiu arranjar 3 mil milhões do fundo de pensões, e esquecendo tudo o que está para trás, resolveu antes de mais, ajudar a banca, com as consequências do futuro em termos de receber menos impostos.

Portanto, estou realmente de acordo, este Governo conseguiu o milagre em atacar fortemente os mais desfavorecidos e favorecer os mais fortes. Cortes cegos de régua e de esquadro prejudicando claramente os mais fracos, beneficiando claramente os mais fortes, não apresentando uma medida de reforma estrutural capaz de produzir efeitos no crescimento real. Este défice de 4.9 é virtual e não real. Um governo contabilista sem ter a sensibilidade social sofre de uma perturbação de economia abusiva e compulsiva, relativamente ao défice, com cortes atrás de cortes, empurrando para a miséria milhares de portugueses.

Quero deixar mais uma nota que é lamentável, que perante o voto de pesar na Assembleia da República, sobre a morte de Kim Jong il um grande democrata e lutador pela liberdade, o PCP tenha votado contra.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PS):

“Mais uma vez venho falar da Alta de Coimbra, sobre a candidatura a Coimbra Património Mundial da UNESCO. Penso que não é assim que vamos conseguir.

Falei aqui na última Assembleia sobre Alta, sobre segurança, limpeza, entre outras coisas, até hoje nada foi feito continua exactamente tudo na mesma, nota-se um pouco mais de limpeza, penso que aí o senhor Presidente da Câmara viu com os seus próprios olhos como estava a Alta de Coimbra e mandou executar a limpeza mas nada aprofundado

Queria perguntar ao Executivo sobre o Prédio do Sousa Bastos. Na última Assembleia foi referido que havia um projecto na Câmara para ser aprovado. Mas esse projecto já existe há anos, e até hoje não saiu nada. Como todos sabemos é um prédio que está em ruínas, só tem uma parede e uma pala exterior e que está um perigo. Foi-me dito pelo Chefe de Divisão do Centro Histórico Eng.º Sidónio há 2 meses atrás, que aquelas paredes em ruína eram para pôr abaixo com urgência. A urgência era tanta que, passado tanto tempo as pedras e o ferro continuam a cair e nada se faz, tenho a certeza que quando a pala cair em cima de alguém. Aí sim, a Câmara vai ter o cuidado de a retirar.

Outro assunto é a Segurança.

Foi prometido na Comissão de Segurança que possivelmente se iria alargar o horário de trabalho aos Policias Municipais. Até hoje, os Polícias Municipais

continuam a ter mesmo horário, as festas e os bares continuam a laborar até às 6 horas da manhã, as pessoas continuam a não poder descansar, as pessoas continuam a afastar-se da Alta e a vigilância não é nenhuma.

Queria pedir ao Executivo da Câmara para que tomasse providência sobre esta situação, porque não vale a pena estarmos aqui a criar comissões para depois nada se fazer por Coimbra.

Sobre o trânsito na Alta, o trânsito continua caótico, ainda ontem as 6h 45m da manhã foi necessário chamar o INEM, para socorrer um senhor no Beco de S. Cristóvão, que lhe deu o ataque cardíaco. Os carros de um lado e do outro dificultou o acesso à residência dessa pessoa. Penso senhor Presidente que tem polícias sobre o seu domínio que poderiam as coisas correr melhor.

Mas também nem tudo é mau na Alta, em meu nome pessoal e em nome da Junta de Freguesia de Almedina, e dos munícipes que ainda habitam na Sé Velha, agradecemos ao executivo da Câmara, principalmente à senhora Vice-presidente Dra. Maria José Azevedo, pela colocação, que nunca deveria ter saído a Fonte da Sé Velha. Temos uma fonte muito bonita e devemos isso sim à senhora vereadora da Cultura que prometeu e cumpriu, o meu muito obrigado.”

Intervenção do deputado municipal Miguel Fonseca (Por Coimbra):

“Apenas solicitar uns breves momentos e a vossa atenção para dar através deste meio conhecimento público de uma iniciativa da qual eu sou co-organizador juntamente com o clube de NDA da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e que se segue um conjunto de ciclos de conferências, realizados desde o ano de 2007, onde tivemos a presença de oradores tão prestigiados e tão diversos quanto O Prof. José Reis, o Prof. Hernani Lopes, o Prof. Norberto Pires o Prof. Carlos Borrego, o Dr. Carvalho da Silva, o Eng.º Paulo Júlio, o então técnico da Académica, Domingos Paciência, representantes de diversas empresas, Institutos e Associações de sucesso, a nível nacional e internacional, sediados na nossa Cidade ou na nossa região.

Citando, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, em recente entrevista, constitui preocupação dos organizadores deste ciclo, dar digamos um modesto contributo para permitir reposicionar Coimbra no centro do debate nacional ou no contexto nacional no qual me revejo plenamente nas declarações recentes do Senhor Presidente tem estado em grande parte arredada por culpa própria.

Nesse sentido, iremos levar a efeito, uma análise e uma reflexão, perfeitamente descomprometida, independente de questões de índole económico que se instalaram de forma irreversível que indelével ao nosso quotidiano.

Nesse sentido, vai realizar-se um ciclo reflexões, conferências entre os meses de Fevereiro e Junho de 2012, num espaço emblemático da Cidade de Coimbra como a Quinta das Lágrimas, em que contamos com o apoio da delegação regional do norte da ordem dos economistas e de outras empresas da cidade e da região em que foi pedido o contributo a personalidades relevantes a diferentes níveis de vida do País, no sentido de responder ao repto que serve de lema a esta iniciativa que é “Há Luz ao Fundo do Túnel” será em torno desta questão, deste lema, deste ciclo de conferências que as mesmas irão decorrer de acordo com a calendarização, terá início a 3 de Fevereiro com a introdução de António Lobo Xavier.

António Lobo Xavier é uma pessoas que merece particular destaque, é de Coimbra, é uma pessoa que de facto cuja a capacidade de análise, digamos no contexto nacional e perfeitamente clarividente.

Num momento em que as palavras crise e a autoridade se instalaram no nosso quotidiano e sem que tenhamos qualquer pretensão, qualquer intenção de abalar as estruturas sócio culturais do país ou reformar as mentalidades vigentes do País como ocorreu á dois séculos atrás aquando a “Questão Coimbrã”, digo-vos que nos sentirmos-mos perfeitamente realizados com estes debates de ideias para podermos imergir uma mensagem de confiança e de esperança para o futuro.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Por esta altura faz mais ou menos 10 anos, que nós tentamos levar Coimbra a bom porto.

Levar Coimbra pelos melhores caminhos, o que é obviamente uma tarefa árdua, uma tarefa difícil, mas em que nos temos empenhado generosamente, o que muitos de nós tem empenhado generosamente.

Vinha sobretudo aqui falar disso, do que tem sido feito e ao mesmo tempo lembrar-nos a nós todos que o poder é efémero, que a democracia é mesmo isto.

Quando tive aqui a demonstração que o poder é efémero, quando me queria sentir no meu lugar de líder de bancada o meu lugar foi tomado, sem problema nenhum como é óbvio, mas tive a demonstração prática, objectiva de que quanto mesmo 10 anos depois de me ter sentado sempre no mesmo lugar, o poder é efectivamente efémero.

Nós queremos, neste momento sublinhar, o seguinte que para nós é importante:

Para além do trabalho que fazemos, obviamente, e de defendermos as nossas ideias, ouvi com a atenção que foi possível, muitas das intervenções que aqui foram feitas, aquilo que nos une é naturalmente aquilo que nos diz respeito a Coimbra. É evidente que nós em Coimbra tentamos sempre ter uma visão que não seja uma visão paroquial, uma visão universal, uma visão do País, mas, não perdemos de vista naturalmente aquilo que são as nossas questões, as questões de Coimbra. Julgo, que o posso dizer em termos pessoais e em termos de grupo também da bancada que eu represento que, no essencial nós estamos todos de acordo, porque nós não abdicámos apesar do Governo ser o que é, nós não abdicámos de nada do que defendemos no passado.

Respondo assim a algumas questões que foram aqui colocadas. Nós defendemos intransigentemente um conjunto de questões e de situações para Coimbra, e reafirmamo-las pois aqui! Apesar da situação grave em que o País se encontra, apesar do tsunami que nós sabemos que está aí, nós não queremos discutir a cor do fato de banho com que vamos enfrentar o tsunami, queremos discutir as grandes questões.

As grandes questões são aquelas que nós sempre propusemos, é preciso fazer o IC2 até Viseu mantemos intransigentes nessa ideia; é preciso que o IC3 não termine em Almalaguês; é preciso acabar com a vergonha que é a Estação Velha de Coimbra, uma vergonha de muitos anos, em que vários Governos passaram e esperamos que não passe mais nenhum sem essa ter terminado; porque essa eventualmente está ligada a outra, que é a que nós mantemos também como bandeira, porque todos nós a mantemos, porque todos nós a defendemos aqui, e quaisquer que sejam os governos nós continuaremos a defende-la, mesmo que seja contra os governos.

Faço aqui um parêntese para dizer que eu pessoalmente discordo frontalmente de muitas opções do Governo. E digo que sou livre e estou num partido livre em que eu posso expressar mesmo que seja uma minoria de um, posso expressar as minhas opiniões.

Estou contra a privatização da REN, estou contra a privatização das Águas de Portugal, estou contra a privatização da TAP.

Mas falava-vos do Metro de Superfície, nós achamos que, esse sistema de mobilidade para Coimbra deve fazer-se!

Portanto, dentro das nossas possibilidades, cada um com as suas responsabilidades, deve continuar a tentar que estas obras do nosso ponto de vista são estruturantes para Coimbra, se façam.

Sabemos que vem aí dificuldades, sabemos que há questões que nos dividem, mas julgamos como vos temos dito em cada mandato e no início de cada mandato o que nos une é muito mais importante do que os pormenores que nos separam.

Quando nós preparamos esta reunião da Assembleia Municipal, não se nos puseram grandes questões, a única grande questão que se nos pôs, era se o Partido Comunista apresentasse uma proposta sobre a situação Coreia do Norte, essa foi a grande questão, o grande debate da noite de preparação desta Assembleia Municipal, como é que iríamos participar na votação dessa moção.

Passada que está essa fase de não apresentação da moção, digo-vos que aquilo que nos une é muito mais do que aquilo que nos divide. Porque aquilo que nos une e nos leva a estar aqui, é Coimbra, e Coimbra os pontos de contacto e de convergência são muito mais importantes do que os pontos de divergência e de discórdia.

Sendo certo que a polémica é sempre bem vinda.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"A única pessoa que vi aqui preocupada com lugares e sucessões de cadeira na Assembléa, foi o senhor deputado Maló de Abreu."

Intervenção da deputada municipal Isabel Fonseca (CDU):

“A minha intervenção decorre um pouco de várias intervenções, que aqui se ouviram já hoje.

Começaria pela intervenção da deputada Olinda Rio, pela exposição aqui da concretização do projecto que apresentou aqui nesta Assembleia Municipal. Esta remodelação de quartos de estudante, digamos uma versão coimbrã de “querido mudei a casa”. Eu que queria dizer, espero bem que estes estudantes, que têm agora, este quarto remodelado, que possam continuar a prosseguir os seus estudos em Coimbra, que os pais que ainda os sustentam ou os ajudaram a sustentá-los possam continuar a pagar as propinas, que eles não sejam daqueles que estão a passar por carências alimentares para poderem estudar. A deputada Olinda Rio falou em seis mil euros para remodelar esse quarto, o quanto daria jeito para pagar as propinas a alguns.

A intervenção do Eng^o Jorge Lemos falou, sobre a questão dos transportes do seu financiamento dos transportes públicos de Coimbra e do facto agora o governo ser PSD/CDS que o executivo de Coimbra, se calhar poderia ter ali alguma facilidade que não teve com o governo PS.

A deputada Conceição Fialho a falar dos jovens, das carências para os aguentar a estudar. Curiosamente até comentava, que aqui, a alguns meses atrás numa das

Assembleias, uma pessoa que estava nesta sala do PSD com um quadro do PSD com responsabilidades na autarquia de Coimbra, falávamos precisamente do problema dos nossos filhos dos jovens terem que sair do País porque o futuro não passava por aqui, já passaram alguns meses atrás, agora pelos vistos, mais do que nunca os meses passaram e sente-se essas dificuldades do outro lado, de repente. O deputado Moisés Gerales e as questões da soberania, parece preocupado com a soberania e ainda bem.

O deputado Mário de Carvalho a falar aqui de um conjunto de ataques:

A questão da meia hora, os ataques às condições para obter o subsídio do desemprego, a falar num conjunto de coisas.

Confesso que estou muito baralhada porque já noutros contextos, assisti a este tipo de posições, de um lado o PSD/CDS, a justificar tudo com a troika e um memorando da responsabilidade do PS, esquecendo-se que também o apoiaram, esquecendo-se que estão neste momento a ir muito mais além do que o memorando da troika que já aqui foi muito citado não vou repetir, que estão a aproveitar a suposta crise para acabar com o estado social, para acabar com os serviços públicos com grande incidência na saúde, na educação, na segurança social.

Aqui também foi trazida, por alguns deputados e Presidentes de Junta a questão da Reforma Administrativa do famoso Congresso de Portimão e do que passou, para uns de uma maneira para outros de outra. Dizer que esta questão também por via da crise, da reforma Administrativa e do aniquilar daquilo que é do poder local democrático, e lembrar que no dia 12 de Dezembro, passaram 35 anos das primeiras eleições, autárquicas.

Depois, do outro lado temos o PS, desculpem-me mas de uma forma descarada, branqueia 6 anos de governação, com opções políticas que levaram também ao desemprego, aos cortes nas prestações sociais, ao ataque à escola pública, ao ataque à saúde, e agora só porque passaram 6 meses de governação, acha que nada do que o país está a passar é da responsabilidade das opções políticas de 6 anos. Já se esqueceram dos PEC que antecederam ao memorando da troika.

Deixei-me dizer-vos que realmente este balançar de responsabilidades, esta alternância de responsabilidades não é de agora, porque nas últimas décadas, os Governos que temos tido do PS, PSD, CDS, mais casados menos casados, são desde há décadas os únicos responsáveis pela destruição sucessiva, mais lenta ou mais acelerada, das conquistas de Abril.

O direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao trabalho com direito, os serviços de proximidade que o poder local também tem feito ao longo destes anos, e portanto, tem sido estes os grandes responsáveis pelo estado em que estamos ou pelo estado em que não estamos pela suposta crise. Estes ataques, agora sou eu, agora o responsável és tu, acho mais do que políticas são politiquices que não valorizam que não dignificam nem o País nem esta Assembleia.”

Deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Atendendo que foi invocado o meu nome tenho direito à resposta.

Penso que a intervenção da senhora deputada foi realmente um excelente exemplo do conceito que é a demagogia.

Já que se limitou a responder a tudo o que foi dito aqui pelas intervenções dos senhores deputados, esqueceu-se no entanto, de ter respondido à parte da minha intervenção, quando eu referi em relação ao voto de pesar já que os senhores da

CDU são os grandes arautos da defesa da liberdade e da democracia, porque razão o PCP votou contra o voto de pesar a Kim grande defensor da democracia e da liberdade, uma referencia e um ícone mundial.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Quero aqui manifestar as minhas próprias dúvidas, estou no sítio próprio para o fazer.

Não conheço exactamente o teor daquilo que o meu partido votou, mas conheço a prática dos dirigentes da República Checa que hoje perseguem comunistas.

Hoje tem uma prática concreta de perseguição a militantes comunistas.

Permita-me senhor deputado daí, provavelmente estará mais esclarecido do que eu, e seguramente tendo isto em consideração ficará com as mesmas dúvidas do que eu, o pesar manifestado pela morte de alguém, concerteza que ninguém deseja a morte de outrem.

Agora os considerandos políticos que possam estar por trás de uma moção de pesar, esses, eu não os conheço e manifesto aqui a minha ignorância. Se o senhor deputado me fizer o favor de me esclarecer sobre isso, se for caucionar hoje o que se pratica na República Checa de perseguição comunistas checos, ou seja ao contrário de tudo aquilo que Kim como humanista pretendeu defender, francamente convenhamos que há aqui algum distanciamento.

Não estou aqui a fazer a defesa pró-ativa, ou pela negativa com que o meu partido fez na Assembleia da República, como disse antes desconheço os termos exactos, do voto de pesar, mas convenhamos que coisas simples, às vezes não são tão simples como isso e reduzir a política ao preto e branco é passar por cima de todas as matrizes, do que a política no concreto trás.

O senhor deputado tem a idade e a experiencia suficiente para não fazer juízos de valor acerca de quaisquer dos elementos desta bancada, não lhe é admissível sequer generalizar qualquer juízo de valor sobre posições que nós não tomamos. Como eu lhe dou a si, por garantido que conhece os pressupostos dos votos a favor, tenho duvidas que conheça, provavelmente conhece o que eu conheço, pelas parangonas dos jornais, esse é o grande problema de fazermos juízos apressados".

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):

“Em relação aos problemas das freguesias, congratulo-me com a posição, assumidas pelas freguesias de Coimbra que foram aqui transmitidas por vários Presidentes de Juntas., não esquecendo que, que foram os ovos que vieram de todas as partes do País, que edificaram aqui em Coimbra, a Associação Nacional de Freguesias, sobre a direcção daquele grande homem que há pouco tempo homenageámos Dr. Gonçalo Sapinho.

Finalmente aqui uma observação senhor Presidente da Câmara, sei que está satisfeito também porque teve responsabilidade disso.

Finalmente a Universidade de Coimbra, está a mandar tapar os buracos do antigo edifício do ISCA. Finalmente que os moradores mais antigos se sentem mais sossegado, e valeu a luta de alguns meses para se verem as coisas concretizadas. Por isso lhe quero agradecer, sei que também fez um esforço para que as coisas se resolvessem o mais rapidamente possível.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara:

“Sobre a Reforma Autárquica os meus colegas já falaram mas eu queria deixar duas notas:

Primeiro, não percebo como é que neste País, não contam os menores de 18 anos. Para o Estado não contam, não são eleitores, não são contabilizados. Mas depois o próprio Estado põe que nos temos que dar dinheiro para expediente de limpeza, agora vejam o caricato da questão, mas temos que dar dinheiro para a limpeza das escolas que frequentam.

A Junta de Freguesia de Santa Clara recebe do Estado 80 cêntimos por cidadão. Acham que se eu desse 80 cêntimos por cada aluno das escolas para papel higiénico, para o telefone, para a cartinha até para o produto de lavar as mãos, acham que chegava?

Somos quatro mil quinhentas e tal juntas de freguesia, o Orçamento de Estado são 160 milhões de euros, e só o gabinete do Primeiro-ministro custa duzentos e tal milhões. Pergunto será que vale mais o gabinete do Primeiro-Ministro do que as quatro mil e tal juntas.

Assim como não compreendo relativamente a esta questão do ensino, e alguns deputados já vieram aqui falar nos estudantes, toda a gente tem pena dos estudantes, mas, posso dizer que o ensino primário, pelo menos às escolas privadas o Estado que dá menos que as escolas públicas dá 85 mil euros por turma, sabem a quanto é que cabe a cada aluno 340 euros. Eu que tenho uma turma com 9.232 eleitores e recebo 80 cêntimos por cada um. vejam o que é que eu fazia se recebesse á turma de eleitores a 25, ou seja a 85 mil euros por cada cidadão de Santa Clara.

Falaram que os estudantes têm fome, pergunto se eles têm tanto dinheiro para gastarem nas festas das Queimas das Fitas, se são 20 mil estudante por é que chegam a ter casas de 40 mil a pagar 10 euros por noite?

Estou a falar nisto e tenho razão para falar, estou à 10 anos na Junta de Freguesia de Santa Clara e dou à 10 anos a todas as crianças que vão para a Universidade dou 25 euros, há 10 anos a todos ainda não falhei nenhum com os meus 80 cêntimos.

Era só estas notas.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Querida dizer o seguinte estamos a chegar ao fim do ano de 2011, um ano, como é sabido tem sido um ano muito difícil para a Europa toda, para o nosso País, e evidentemente para o nosso Município. E se na Europa toda e no País, parece que ninguém se entende, o exemplo de cidadania e de tolerância, que a nossa Cidade de Coimbra sempre tem sabido ter ao longo da história tem de ser agora puxado mais para cima. Nós temos, no tempo que corre e é essa a única maneira de nós encontramos o nosso caminho, e de o fazermos sem grandes sobressaltos, nós temos que puxar cá de dentro da nossa Cidade, esta cidade que todos servimos, cada um na sua função, todos com muita honra, temos que puxar lá do fundo do espírito desta Cidade a capacidade de fazermos e de continuarmos a fazer pontes, entre partidos, entre grupos diversos, entre grupos sociais, de fazermos pontes para que a nossa Cidade, saia desta violenta crise em que todos estamos envolvidos, melhor do que lá entrou.

Era só isto que queria apelar.

E assim, Senhor Presidente não perdemos mais tempo e passamos de imediato ao período da ordem de trabalhos.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia leu e colocou à votação as moções apresentadas à Mesa e atrás transcritas:

Moção apresentada sobre as freguesias

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Como se sabe é conhecida a minha posição pessoal, mas a minha posição pessoal não tem nada a ver, naturalmente com uma posição institucional sobre o tema das freguesias. Não vejo mal nenhum que esta moção seja votada, naturalmente é uma moção como as outras, queria antes do o fazer expressar o meu voto. O meu voto vai ser de abstenção pelo motivo simples.

È de que nós temos um grupo de trabalho sobre este assunto, teremos uma Assembleia Municipal que vai discutir este assunto, tomará uma posição que eventualmente será essa sobre esse assunto, não quero transferir para a Assembleia Municipal já, uma posição definitiva e portanto sobre este tema, em específico e neste momento concreto vou abster-me. Sendo certo, que no momento oportuno a minha posição será muito mais do que uma posição pessoal, será uma posição institucional, porque não estou aqui em minha representação pessoal, estou aqui em representação de quem me elegeu e eventualmente da bancada que represento.”

Neste momento o Presidente da Mesa leu a Moção referida, tendo sido gerada alguma confusão sobre se se deveria colocá-la à votação.

O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais também se manifestou embora, fosse fora do microfone não tendo sido possível registar a sua intervenção.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“O documento que foi posto à Mesa é o documento que foi aprovado do Congresso Nacional de Freguesias, em Portimão.

Esse documento foi elaborado pelas Juntas de Freguesias do Distrito de Coimbra do seu órgão distrital.

Compreendo qualquer inquietação de alguns presidentes de juntas, compreendo e é aceitável.

Agora a posição foi de Coimbra, e foi muito debatida nesse Congresso, criou alguma turbulência e como nós somos exemplo da democracia, por isso a questão deste documento ser votado.

O que nós pretendemos e permite-me o coordenador distrital João Pardal é que nós felizmente na Associação Nacional de Freguesia no distrito de Coimbra despimos a camisola política ou partidária somos por um e um por todos, e esperamos que esta Assembleia assim o interprete.

Compreendo da dificuldade de alguns autarca, mas V. Ex^a tem o documento para votação, nos gostaríamos que este documento fosse aprovado, por unanimidade, dado que no congresso de ANAFRE foi aprovado por maioria, (com duas abstenções, porque esses presidentes das juntas são também deputados da Nação, porque se tivessem a coragem de sair da sala no momento da votação, este documento era aprovado por unanimidade).”

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

"Uma vez que se vai votar um assunto tão importante, devo manifestar a minha compreensão sobre isto. Em coerência com o Partido ao qual me ligo, com muita honra, e com as ideias me defendo e com amizades pelos presidentes aqui presente quero dizer que discordo com tudo isto, sou a favor da extinção de freguesias, sou a favor de se redesenhar um mapa das freguesias, sou a favor daquilo que está no programa eleitoral do Partido Socialista, e portanto, se isto for a votos não vai haver unanimidade.

Apenas quero dizer isso".

Discutida a questão da moção apresentada pelas Juntas de Freguesias sobre a Reforma Administrativa a mesma foi votada com 41 votos a favor e 19 abstenções.

Declaração de voto do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais:

"Amanhã tenho a Assembleia de Freguesia, não sei o que é que se vai passar na minha freguesia.

Já que a ANAFRE teve o quarto dos Presidentes de Junta do País. São quatro mil e tal juntas.

Eu não queria que amanhã todos eleitos que estão na minha freguesia, a freguesia tem todos os partidos, não queria que amanhã nenhum partido viesse dizer que a Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, num problema que é ligado às freguesias fosse desautorizado, ou fosse proposto aquilo que se fez numa câmara municipal só se devia fazer depois de cada freguesia trazer resposta da sua Assembleia."

Declaração de voto do deputado Municipal Moisés Geraldés:

"É no sentido de facto da abstenção como posição que acabei de assumir, resulta da circunstância de que está prevista a realização de uma Assembleia Municipal ou deste assunto ser discutido no âmbito numa próxima Assembleia Municipal eu não pretendo, naturalmente, convencionar, a posição que tentarei ter esclarecida no próximo debate, porque se efectivamente tivesse votado agora, favoravelmente ou não, esta moção na pratica estaria a esgotar a minha capacidade de intervenção em relação a essa Assembleia municipal, só por isso, acho que não faz sentido nenhum estarmos a votar esta moção quando vamos tomar uma posição de acordo com aquilo que está mais ou menos perspectivado, no sentido desta Assembleia vir a discutir a Reforma da Administrativa Local de acordo com aquilo que, a comissão que foi instituída para o efeito está a perspectivar. Só nesse sentido."

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo

"É para nós muito grato receber da Assembleia Municipal orientações em relação ao sentido da sua maioria. A sua maioria expressou-se de uma forma muito veemente em relação às opções que estão em discussão e que naturalmente deverão ser tomadas em consideração pelos grupos específicos que delas emanam. Os grupos que nelas emanam não podem ignorar as posições que maioritariamente são expressas nesta Assembleia. Assim, como respeito e parafaseando o senhor Presidente de Junta dos Olivais, a autonomia que eles tem na utilização do selo branco. Naturalmente, temos que entender isto, como moções orientadoras da

nossa actuação, mas são orientadoras nos aspetos que se aplicam aos vários órgãos.

Se é verdade, que ao nível da Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais estarem com toda a liberdade de agir no concreto sobre aquilo que lhes diz respeito, já no âmbito desta Assembleia Municipal é perfeitamente competente para definir orientações daquilo que lhe diz imediatamente respeito, ou seja, tomar posição sobre as grandes questões de orientação em relação ao reordenamento municipal.

Foi isso que nós fizemos é neste âmbito que nós votamos e que, naturalmente consideramos que devem ser tomadas em consideração em anteriores discussões que quaisquer órgãos que emanam desta Assembleia Municipal.”

Declaração de voto do Presidente de Junta de Freguesia de Almalaguês

“Votei a favor da moção, na qualidade de Presidente de Junta, solidário com a posição dos presidentes de junta que puderam estar presentes e votaram.

Normalmente sou solidário com as posições colectivas.

Segunda questão, não me sinto minimamente constrangido, faço parte da comissão da reorganização administrativa eleita nesta Assembleia não me sinto minimamente constrangido, para tomar as minhas posições no âmbito desta Assembleia, nem pelo facto de ser presidente de junta.”

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Presidente da Mesa propôs que os pontos de 2 ao 8 fossem discutidos em conjunto.

Ponto 3 – CMC - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e autorização para contracção de empréstimos de curto prazo e autorização para consultas a instituições de crédito para empréstimos de médio e longo prazo:

A apresentação deste ponto coube ao Sr. Director Municipal Dr. Olinto Vieira:

Vou fazer uma pequena apresentação do orçamento.

Apenas dar uma nota inicial, esta apresentação tem duas partes:

A primeira parte que acho que é relevante, que é dar alguns indicadores da execução orçamental do orçamento municipal de 2011, pois ele não deixa de ser o ponto de partida para a elaboração do orçamento para 2012.

Relativamente ao orçamento de 2012, o Senhor Presidente na intervenção que fez já salientou o facto, da conjuntura hoje vivida na economia, na nossa e na europeia, obviamente que condiciona a própria elaboração do nosso orçamento.

Por isso, permite-me transpor para aqui um dos últimos parágrafos da nota introdutória ao orçamento que o Senhor Presidente da Câmara muito bem elaborou e para fazer nota de que nesta conjuntura difícil que nós atravessamos, torna-se cada vez mais importante, aquilo que ali está escrito, isto é, um esforço de contenção das despesas e por parte de todos, um exercício bom e rigoroso planeamento.

Colocava a nota, da questão da redução e contenção das despesas, também é importante, mas a questão do planeamento é fundamental haver um bom planeamento, porque quando nós temos recursos cada vez mais escassos, obviamente que o planeamento se torna cada vez mais importante.

Nesta questão da análise da execução do orçamento, vou só dar nota de dois quadros, que penso que são elucidativos.

Este quadro, reflete a receita corrente, arrecadada pela Câmara de Coimbra, ao longo dos últimos anos e até 19/12/2011, e a despesa corrente do próprio ano. Porque é que eu faço esta distinção, da receita corrente e da despesa corrente do próprio ano, é para saber a própria capacidade que a Câmara está a ter, de executar não só a receita mas também a propensão à despesa, expurgada da dívida que transita e vai sempre transitando de orçamento para orçamento.

Portanto, isto é, o que está a ser executado do próprio ano e relativo ao próprio ano.

O que nós verificamos é que ao nível da receita corrente, ela está a diminuir, isto obviamente é reflexo da conjuntura exterior à Câmara que leva a que a receita corrente esteja a diminuir, e verificamos que existe também uma diminuição significativa da despesa corrente, isto é, está haver um esforço por parte da Câmara de a sua máquina consumir menos recursos, isto reflecte-se ali naquele quadro que nos vemos a curva da despesa corrente está a ter uma diminuição e uma diminuição mais acentuada, que a receita, ou seja, aquela diferença no fundo super habito corrente, acentuou-se.

Depois para comparamos com o segundo quadro que me dá a receita total e a despesa total do Município também no período.

Verificamos que a curva inverte-se totalmente, o que significa isto dizer, significa dizer, o que está a pressionar a execução do orçamento é a vertente de capital, isto é, um investimento que a Câmara está a fazer e o esforço que a Câmara está a fazer, para tirar o máximo partido e rentabilidade dos fundos disponíveis e das linhas de financiamento hoje ainda disponíveis comunitárias, e a Câmara está a fazer esse esforço grande, quase titânico diria eu, e daí a curva inverte justamente pela componente da despesa de capital que faz distorcer.

Isto apenas para dizer o quê, que à data de 19/12/2011, a taxa de execução do orçamento da Câmara já superou a 19/12, isto ainda não são dados finais da execução relativamente a 2011, mas verificamos que em qualquer uma das ópticas da análise que nós temos, que é cabimentos, compromissos de faturação ou por pagamentos, quaisquer das taxas de execução é superior ao valor final de 2010, significa que a Câmara hoje já tem uma taxa de execução do orçamento à data de execução de 19/12 superior ao final do ano anterior.

Este quadro é importante no objectivo da Câmara será sempre naquelas quatro ópticas de análise de cabimentos compromissos, realizados e pagamentos que as curvas se aproximem o máximo possível porque se elas se aproximarem cada vez mais, significa que o meu orçamento está cada vez mais próximo da realidade e das execuções. Fazer nota que essas curvas tem tido tendência a aproximar-se e daqui a num ano as curvas entre o cabimento e o compromisso aumentou, mas é um aumento fictício direi eu, porque foram 2 anos, quer em 2010 e 2011, em que houve uma cativação do orçamento. Isto é, houve um cabimento que é apenas um cabimento administrativo que fez estas duas curvas separarem-se, porque se não fosse isso as curvas estariam próximas e havia o movimento de aproximação de todas aquelas curvas.

As GOP, como sabemos, é um segmento de uma parte do orçamento também se verifica o mesmo, ou seja, se nós estivermos a óptica das Grandes Opções do Plano, as curvas estão quase muito próximas, quase a tocarem-se, nunca se vão tocar como é obvio é impossível fazê-lo mas obviamente vão aproximar-se.

Também das taxas de execução ao nível das GOP, também verificamos que estamos acima, na parte dos cabimentos estamos na linha do ano passado, mas à data de 19/12 já tínhamos superado as taxas de execução todas.

Relativamente ao Orçamento, a envolvente que levou à elaboração deste orçamento, todos nós já sabemos que é uma envolvente muito crítica e muito difícil, obviamente que há um substancial agravamento de certeza das situações económicas e financeiras, isto traduz-se quanto mais não seja pelo aumento do custo do financiamento que nós temos e as linhas que temos já existentes, o facto da incerteza das condições económicas ou financeiras, tem relevância até nos mercados financeiros e isso envolve a Câmara, há um alastramento da crise soberana, temos o programa de assistência económica e financeira da Troika que também tem no fundo condições que têm de ser cumpridas por parte da Câmara, faz parte do sector público, há um aumento de taxa de desemprego que vai ter importações no aumento das necessidade e de assistência, não só por parte da Câmara mas também por parte das juntas de freguesia vão sentir este aumento de solicitações e nós temos que estar no fundo preparados para esse cenário, há fortes restrições ao crédito e aumento do seu custo, como já falei.

Isto são, pressupostos constantes do Orçamento Geral do Estado, não vou falar de cada um deles em pormenor, nós sabemos que há estas condições de base ao Orçamento de Estado, há questão que as autarquias ter que reduzir o número de funcionários em 2% a redução dos cargos dirigentes, e há este último ponto que me permite também fazer referência, que é a questão de toda a Administração Autarquica tem que fazer uma redução de 10% de valor médio de encargos assumidos e não pagas, portanto, o prazo médio de pagamentos tem que descer em função dos acórdãos estabelecidos com a Troika.

Portanto, obviamente que as linhas orientadoras, para a elaboração deste orçamento, foi manutenção da estratégia e rigor e de contenção da despesa, estabilização de endividamento a curto prazo, e de diminuição dos prazos médios de pagamentos, o aumento de nível de assistência ao munícipes, por via daquela pressão.

O objectivo essencial é o 4º e 5º ponto.

A Câmara não podia deixar neste orçamento de 2012, continuar a dotar as rubricas necessárias a tirar partido, diria eu, da quase última oportunidade que tem, de tirar partido dos projectos co-financiados do QREN, nomeadamente, a Câmara há projectos, ou são executados agora, ou jamais nos próxima anos eles poderiam ser executados.

Aqui permite-me avançar para o projecto que no fundo está sempre na mente quando nós analisamos o nosso orçamento que é a questão do Convento de S. Francisco.

Coloquei aqui num celaíde, os principais tópicos, relativamente a este grande projecto para as pessoas lembrarem qual é a dimensão deste projecto, este projecto é um projecto cidade, sendo um projecto cidade é preciso perceber que estamos a falar de um investimento total de 37 milhões de euros, se nós olharmos para trás, o outro grande projecto que a Cidade teve, de dimensão idêntica a este foi o Euro 2004, o Estádio. É preciso nós digamos assim, correremos o risco de

findo este projecto do QREN, no fundo a estrutura da Câmara ficar desequilibrada a um ponto que nós não podemos permitir isso.

Portanto, temos que tomar medidas preventivas para que nós consigamos executar este projecto e ao fim de estarmos a executar e a inaugurar a obra e a Câmara estar na mesma equilibrada e com os seus raios perfeitamente equilibrados.

Só para dar nota que neste orçamento da comparticipação do FEDER que temos, para este projecto de 17 milhões, estão orçamentados 12,56 milhões que é o que vamos necessitar este ano, e do contrato de empréstimo que já está a ser utilizado, temos no lado da receita 4,3 milhões de euros.

Isto para dar nota que a evolução do orçamento total nos últimos anos tem sido a que está descrita neste gráfico. De 2010 para 2011, baixou de 148 milhões para 139, e agora baixamos para 138 milhões. De 2010 para 2012 houve uma diminuição do valor global do orçamento de 7,2%.

Fiz um exercício meramente teórico, para dizer que no ano passado, em termos do projecto do Convento de S. Francisco, no orçamento de 2011, tinha dotado em 11 milhões euros. Em 2012 tenho dotado 24,5 milhões de euros. Portanto, o efeito de 2011 para 2012 resultante do projecto do Convento de S. Francisco que é um adicional de 13 milhões...

Nas receitas correntes, atendendo que a envolvente externa vai ser difícil, nós ao estimarmos as receitas correntes, estamos em todas elas a prever diminuição, praticamente em todas elas. Significa que, já estamos a ter uma perspectiva muito cautelosa na questão do estimar das receitas correntes.

Nas receitas de capital, falar só num ponto que, de forma recorrente vem sempre a ser falado que é a questão da venda de bens de investimento, especificamente a venda de terrenos. Todos os anos na Câmara ou aqui é sempre falado. Na questão da venda de terrenos é preciso dizer em primeiro lugar que, de um orçamento para outro, tenho menos 7,5 milhões de euros estimados, portanto tenho uma diminuição de 33%. E também já agora fazer uma comparação. O peso relativo que esta venda de terrenos tem tido na estrutura da receita total do orçamento da Câmara, já chegou a ser em 2000 de 41%, hoje é apenas 16%. Temos vindo a fazer um esforço para que pese cada vez menos das receitas da Câmara."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Só uma pequena nota a parte fundamental foi dita, uma nota para dizer o seguinte:

O valor mais importante num orçamento é evidentemente o valor global desse orçamento. Esse valor global do ano passado para este ano, e apesar em termos de milhões de euros previstos na despesa do Convento de S. Francisco, esse valor global para o próximo ano, é inferior. Isso era o ponto fundamental para mim, construirmos um orçamento que fosse ainda ligeiramente mais pequeno do que o ano passado. Porque ao longo do ano pode-se ir transferindo de umas verbas para as outras, à medida que vai sendo necessário mas, esse tecto, vai ficar do princípio ao fim do ano, a não ser que tenhamos de vir aqui aprovar outro número, por isso era importante baixar esse tecto em relação ao ano passado, apesar do aumento da despesa que está inerente ao convento porque este é o sinal que queremos dar, num tempo de austeridade, num tempo de dificuldade, num tempo em que temos todos poupar dinheiro, gastar menos dinheiro, este é o contributo do município de Coimbra, pode e deve dar. Foi isso que quisemos fazer, provando

em sessão de Câmara um orçamento que é em mais de 1 milhão de euros inferior ao do ano passado."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"CMC - APRECIACÃO DO ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2012

Um Plano e Orçamento é SEMPRE uma carta de intenções que vale como tal e como tal deve ser avaliado.

Ou seja, o que está em apreciação são as prioridades políticas da maioria do executivo para o próximo ano

É no momento da discussão do relatório e contas que se fará a apreciação mais rigorosa da capacidade de concretizadora, a eficácia e eficiência dos responsáveis pela execução das políticas.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012 são, como amplamente referido na introdução ao documento em análise, fortemente influenciados pelas perspectivas de contracção económica e financeira impostas pelo Memorando negociado pelo Partido Socialista, com o apoio do PSD e do CDS/PP e por estes dois últimos, tão diligentemente levado a cabo.

Trindade que se vai socorrendo de uma troika estrangeira para esconder um programa próprio de destruição do estado democrático e social que, em Portugal, resultou da revolução de Abril e que corresponde com maiores ou menores semelhanças ao proclamado modelo social europeu.

Merece, portanto, uma apreciação própria o enquadramento imposto (e diga-se, aceite sem reacção) pela trindade que nos tem governado nas últimas dezenas de anos (mais ou menos coligada, explícita e implicitamente).

O programa em curso caracteriza-se, por um lado, pela ausência total de quaisquer objectivos a nível de crescimento económico e de aumento do emprego; por outro lado, por uma profunda insensibilidade social já que muitas das suas medidas vão atingir os grupos da população mais vulneráveis.

Os únicos objectivos quantificados que existem no "Memorando" são os referentes à redução anual do défice, ao corte nas despesas públicas e ao aumento de receitas de impostos necessários para alcançar tais objectivos fixados arbitrariamente, pois não apresenta qualquer justificação técnica para os valores de redução do défice. Para além disso, contém uma numerosa lista de medidas que visam transformar a economia e a sociedade portuguesa.

O "Memorando" da "Troika" é um gigantesco programa de redução do nível de vida dos portugueses, medidas que atingem os grupos mais vulneráveis da população.

Seja pelo congelamento do salário mínimo nacional; a redução do subsídio de desemprego e das indemnizações (dos actuais um mês de salário por cada ano de serviço para apenas 10 dias); o aumento da taxa do IVA de 6% e 13% para 23%; a liberalização dos preços da electricidade e do gás; a subida significativa dos preços dos transportes; o aumento brutal das taxas moderadoras no SNS e a redução significativa do número de portugueses isentos de taxas moderadoras.

Ou pela redução dos benefícios fiscais ou do aumento dos impostos que incidem directamente sobre os salários e pensões determinando reduzindo os benefícios fiscais e deduções no IRS (por despesas de saúde) que determinarão uma diminuição do rendimento disponível dos contribuintes, aplicando IRS a todas as transferências sociais em dinheiro, até aqui isentas, e reduzir a parcela da pensão

anual isenta de IRS de 6000€/ano para 3888€/ano, aumentando do IMI através da redução substancial das isenções e da imediata avaliação dos prédios urbanos.

Com o claro objectivo de reduzir a Administração Pública e o papel do Estado procede-se ao seu estrangulamento financeiro exigindo-se a eliminação de um número indeterminado de serviços públicos e a redução da despesa pública em 2 anos (2012-13).

Concretizada na redução das despesas de pessoal em percentagem do PIB em 2012 através da diminuição anual de 2% do número de trabalhadores da Administração Central e de 2% na Administração Local, e também por meio do congelamento das remunerações em 2012 e da ulterior revisão dos sistemas de remunerações e complementos nas Administrações Públicas, incluindo empresas públicas.

E na redução e eliminação de serviços na Administração Central, na redução despesas de educação, através da racionalização da rede escolar ou da redução das transferências para a Administração Local e Regional.

É por tudo isto que 27 Outubro último, o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios avaliando o Orçamento de Estado para 2012, decide “Considerar desastrosa para o Poder Local e para os munícipes a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012, rejeitando as novas reduções de receitas municipais contidas na Proposta de Lei bem como a redução avassaladora dos limites do endividamento municipal, mediante a qual a esmagadora maioria dos Municípios Portugueses passará para uma situação de ultrapassagem administrativa daqueles limites, sem que verdadeiramente o seu endividamento tenha aumentado, situação que levará ao colapso financeiro dos Municípios e ao violento e gravíssimo retrocesso no desenvolvimento e nas economias locais”

É também este o quadro em que se implementa uma dita reforma do poder local que mais não é, como já antes dissemos, o desfiguramento do sistema eleitoral com a eliminação da eleição direta das Câmaras e a imposição de um regime de executivos monocores, ferindo irremediavelmente não apenas as características plurais e democráticas hoje existentes, mas sobretudo consagrando um regime construído sobre o poder absoluto e a falta de controlo democrático, potenciando a ausência de transparência e fatores de corrupção.

A “reforma” proposta procura instituir um regime de finanças locais, assente numa auto - sustentabilidade financeira ou seja, de tributação adicional e das populações (consolidando o que tem vindo a ser já prática corrente), mas reduzindo os fatores de coesão e ignorando o princípio constitucional da “justa repartição entre a administração central e local dos recursos do Estado”

Ao contrário de anos anteriores, em que a questão não se colocava com esta dimensão, no actual quadro político, económico e financeiro, compreende-se a lógica cautelosa e tendencialmente prudente do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012.

Tanto mais que se mantém, desde os Governos do Partido Socialista, a redução das transferências correntes do O. E. de cerca de 9, 6 M€ em 2010, para 7,3 M€ em 2011, até aos previstos 5,9 M€ para 2012.

O que leva a que no mais puro espírito Troikista, tão bem assimilado pelo ministro Miguel Relvas, para 2012 a receita corrente do Município (ainda que subavaliada, como sempre, no que diz respeito ao IMI) se preveja ascender a 30% do total no que respeita a impostos e taxas próprias, e a receita de transferências do estado (incluindo a parte do IRS que cabe ao município e que em boa verdade não deveria ser aqui calculada) se fique por 14% do total.

Se a este facto acrescentarmos que os municípios de Coimbra continuarão a sustentar, em exclusivo, os seus transportes públicos (usados, não é demais dizê-lo, por todos os utentes dos concelhos e distritos limítrofes que para a cidade se deslocam diariamente), no montante de cerca de 5 M€ - pouco menos que as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)- , facilmente constatamos que vivemos tempos em que PS, PSD e CDS, juntos ou em separado, directamente ou por interposto FMI, asfixiam as autarquias locais e esmifram os seus habitantes.

Não nos esquecemos, no entanto que 2013 é um ano de eleições autárquicas e estaremos atentos seja à execução orçamental do plano agora proposto e mais ainda, às propostas que se fizerem daqui a um ano.

Não esquecemos a intenção revelada em Setembro pelo Sr. Presidente da Câmara de se proceder à descida do IMI, para 2013, até porque se antecipará, por via das avaliações a realizar em 2012 um aumento exponencial deste imposto, a cobrar nesse ano.

Acompanharemos com expectativa a eficácia na concretização da obra do regime — o centro de convenções do Convento de S. Francisco, bem como o já tardio desenvolvimento e aproveitamento do Inovação Parque, e a intenção de aceleração da Reabilitação Urbana.

São sem dúvida investimentos e opções estruturantes, consensuais. Há que verificar se existem unhas para tais violas. Até agora, só intenções.

Até porque se mantém uma opção centralista de governação do executivo, desperdiçando meios e recursos que poderiam ser bem aproveitados se geridos pelas freguesias que, na sua maioria, revelam taxas de execução elevadíssimas e que sabem onde e como melhor utilizar o dinheiro disponível, em favor dos municípios.

Não nos referimos à obra realizada pela Câmara nas freguesias (não faz mais do que a sua obrigação - as freguesias são partes do concelho) falamos, isso sim, de planificação e execução directa de obra própria por parte destes órgãos locais, para o que carecem de condições e meios.

Em 2012 a transferência para as freguesias não sofre alterações relativamente a 2009, é exactamente igual o valor transferido — 3.154.481,00 €, o que em termos reais corresponde a uma redução efectiva. É um enorme desperdício da capacidade de realização revelada por estes autarcas.

Por tudo o que antes se disse, seja por responsabilidade própria ou alheia, seja por acção ou omissão, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012, apresentada a esta Assembleia Municipal não pode, merecer o nosso voto favorável."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Não estava para intervir no ponto do Plano e Orçamento, mas pelo o que ouvi e pelo que foi apresentado não posso deixar de ter uma ligeira intervenção.

Isto é, um ditado popular, não quero chamar burro a ninguém, “mas cada burro come a palha da maneira que se lhe dá”, estou desse lado e também serei burro.

O que foi aqui apresentado foi uma falácia, foi uma manipulação de números.

Sou engenheiro não tenho formação de economista, mas o que aqui foi apresentado foi uma manipulação de números.

Dizem o seguinte:

Despesa de receitas, no primeiro mapa que nos apresentaram, ambas diminuíram, concordo.

Só que no ano anterior, o diferencial entre a despesa e a receita, foi inferior ao que aqui estava apresentado; houve uma diminuição mas, o seu diferencial era maior do que no ano anterior; nos pressupostos, não vi uma rubrica que tinha uma série de diminuição de coisas que retiraram. Prémio de produtividade, acabaram nesta Câmara também não apareceram.

Depois vendas de terrenos, se repararem houve uma série de mapas em que aparecia o ano 2002/2003 para a frente vendas de terreno aparece o ano 2000.

Transferências para as freguesias, como falou o Pinto Ângelo, também não é verdade é uma falácia. Depois aparecem os anos de referência 2000/2009, porquê nestes mapas aparecer os anos de referência de 2000/2009, e nos outros aparecem do ano 2000/2003. Porque, era mais benéfico para as pessoas verem que há um certo diferencial. Isto acontece efectivamente nas despesas de pessoal, e no total dos protocolos, existe um diferencial do ano 1999/2000 o que não acontece nos outros mapas, que aparece os anos de 2000/2003.

Portanto, há aqui uma certa manipulação e os senhores economistas são hábeis em apresentarem estes dados, por isso digo a “palha” que nos estão aqui a apresentar só a come se quiser. Eu não a como!

Quero dar os parabéns pela inovação acho que foi uma maneira simpática de apresentarem as coisas, mas só que, foi um pouco tendencioso a maneira que foi apresentada."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara:

"Este Orçamento tem uma obra gigantesca, por sorte a minha é em Santa Clara, eu aí tenho que tirar o meu chapéu.

Quero dizer o seguinte:

Se calhar Coimbra não sabe e Portugal inteiro julga que os investimentos são só em Lisboa.

Posso dizer que na última década, a minha freguesia recebeu um investimento, desde a Administração Central até à Câmara de Coimbra, de mil e quinhentos mil milhões de euros, parece anedota mas é a verdade. Posso vos referenciar algumas obras, só uma obra custou mil milhões de euros que foi o Museu de Santa Clara a Velha.

Mas não vinha aqui para só falar no investimento da última década, vinha falar deste orçamento.

Neste orçamento de facto, não sei se é esta obra que é o Convento de S. Francisco, remodelado para Centro de Convenções, quero dizer o seguinte:

Estou com receio, é muito bom para Coimbra, é muito bom para Santa Clara, mas para a Junta de Freguesia talvez não seja assim tão bom! Mas explico o porquê.

Imaginem que naquela zona, tenho o Portugal dos Pequeninos que é visitado por meio milhão de pessoas, por ano; tenho a Quinta das Lágrimas; tenho o Observatório de Santa Clara; tenho a Feira sem Regras, tenho milhares e milhares de pessoas que mensalmente visitam esses espaços, todos eles me deixam presentes, ou deixam um papel de maço dos cigarros, ou resto de gelado, ou fraldas, comida, etc.

Como as pessoas se têm queixado que tem havido um decréscimo por parte da Câmara na questão das limpezas; eu, às vezes até me envergonho, por ter uma

freguesia tão suja. Hoje, por exemplo, passei na Ladeira e estava toda suja, toda aquela zona merecia melhor atenção por parte da Câmara.

Já agora dizer, sendo a sede da Junta a Freguesia de Santa Clara, tinha um nome antes, que era freguesia de S. Francisco da Ponte, e teve a sua sede no Convento de S. Francisco, estou a lançar uma escada à Câmara de Coimbra, porque também o Choupalinho, era na minha freguesia, era lá que se faziam todas as festas, feiras e romarias, da Junta era o nosso espaço. Ora passando aquilo a fazer parte para manter aquilo tudo bonitinho a junta de freguesia acho que vai ter que pagar para fazer naqueles espaço a Feira Popular, isto para mim é uma dor! É uma dor também está lá o Convento de S. Francisco, são capazes de dá-lo a toda a gente, e não deixam naqueles espaço nem uma salinha para a Junta de Freguesia, porque também precisamos de instalações.

Continuando com o orçamento, há uma coisa que eu honestamente não concordo.

Não concordo, já o disse bastantes vezes, uma coisa que já venho a falar durante 5 ou 6 anos, que foi a falta de critérios na atribuição de verbas às juntas de freguesias e hoje vou falar outra vez nisso.

Neste orçamento existe novamente 10 mil euros para todas as freguesias, se for para uma freguesia que tem mil habitantes, 10 mil euros são 10€ por habitante, para a de Santa Clara que tem nove mil, é 1€; e se calhar para Santo António dos Olivais são 30 cêntimos. Vejam se isto é justiça, o único dinheiro que nós temos, que não está contabilizado porque os protocolos de atribuição de competência, não podemos tirar nenhum para a junta, não podemos tirar nada, o único dinheiro que a junta tem, posso dizer outra coisa, recebo 83 mil euros do Estado por ano e pago 140 mil euros de ordenados, vejam como é que tenho que fazer. Só me falta assaltar bancos para a junta de freguesia porque já não sei o que é que hei-de fazer.

Se me vão tirar também a Feira Popular, puseram lá ACIC, vejam que para eles a atribuição de subsídio foi de cento e tal mil, para a Junta de Santa Clara sete mil e quinhentos euros e no antepenúltimo ano, o Senhor Presidente da Câmara teve o bom senso e a bondade de me dar vinte e cinco mil; mas já o ano passado tirou a esses vinte e cinco mil, dez mil, para uma festa daqueles que custa mais de mil e trezentos contos por dia.

Não é fácil, o ano passado quase não tivemos lucro nenhum, e este ano se nos tiram o espaço, despedir os trabalhadores não posso, por isso é mais fácil despedir-me eu, porque se não tenho rendimentos nem dinheiro para pagar aos trabalhadores, não estou para estar na junta por isso o mais fácil é ter que me vir embora porque tenho vergonha."

Intervenção do deputado municipal Hugo Dias (BE):

"Vou fazer a minha intervenção que exponho no fundo a avaliação do grupo municipal Bloco de Esquerda sobre o Orçamento e Grandes Opções do plano para 2012.

Tal como a própria nota de abertura do "Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Coimbra para 2012" reconhece, a actual situação económica e financeira do país tem se agravado de forma dramática, com o aumento do desemprego, a recessão da economia, o aumento de impostos e a diminuição do poder de compra, bem como a redução das prestações sociais devidas por parte do Estado a um número crescente de cidadãos e cidadãs em situação de extrema fragilidade social.

Não podemos no entanto deixar de discordar da afirmação de que esta situação de “emergência” tornou inevitável o conjunto de medidas de austeridade a que somos amarrados. O acordo firmado com a Troika, resulta de uma clara opção política liberal, de destruição do Estado Social, de reforço da dinâmica recessiva da economia, da concentração dos sacrifícios nos rendimentos de trabalho, uma austeridade selectiva que deixa de fora os bancos e os rendimentos de capital.

É sobejamente conhecido que a crise da dívida soberana tem tanto, senão mais, de dívida privada como de dívida pública; e que no caso da dívida pública, não são as autarquias locais as principais responsáveis pelas “gorduras” e a necessitar de uma política de “emagrecimento”. No que diz respeito ao financiamento das autarquias, para além das limitações ao endividamento, confirma-se a tendência para a redução das receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado. Se no ano anterior o corte neste montante se tinha cifrado em cerca de 1,6 milhões de euros, este ano, a redução será de cerca de 900 mil euros (-4,96%). Note-se ainda que as verbas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal sofrem uma quebra maior (-18,68%), apenas contrabalançadas por um aumento da arrecadação da comparticipação do IRS no nosso município.

A redução de receitas provenientes do Orçamento de Estado força os Municípios a procurar reforçar as suas receitas próprias, num contexto em que estas próprias se encontram em risco. A principal fatia de impostos arrecadados correspondem a impostos directos como o Imposto Municipal sobre Imóveis. Consideramos que a redução das transferências estatais, em conjunto com o recém-anunciado aumento em 0,1% das taxas do IMI, impele os municípios para o reforço de um modelo de desenvolvimento e ordenamento errado do território: a pressão para lotear e urbanizar, em vez de recuperar o já edificado constituirá uma tendência ainda maior, de forma a contrabalançar a quebra de receitas provenientes do Orçamento Geral de Estado.

Sobre as principais opções que orientam o Orçamento e as GOP que o executivo apresenta para 2012, não poderíamos deixar de tecer as seguintes considerações:

Este orçamento oferece-nos um novo projecto de regime. Nada tendo a obstar contra o projecto em si - o investimento no Convento de S. Francisco com vista a se tornar em Espaço Cultural e Centro de Convenções, este parece se tornar no grande desígnio da câmara municipal ao qual se submetem todas as demais acções e opções para o ano de 2012. Deve-se registar, mais uma vez, um claro défice de planeamento e de definição de opções estratégicas ao longo dos últimos anos que nos coloca (supostamente) face ao facto consumado de o Município ter que assumir em 2012 um nível de compromisso vultoso, para assegurar a comparticipação de fundos comunitários com vista à execução deste projecto. Ora, a memória não deve ser curta: esta maioria camarária encontra-se há vários anos no poder; e o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) encontra-se em implementação desde 2007. Esta situação poderia ter sido, portanto, evitada.

A propósito de um outro “desígnio”, o do Metro Mondego. A cidade de Coimbra viu-se amputada de um instrumento de ordenamento e de reabilitação urbana essencial, que permitiria simultaneamente modernizar e estruturar uma política de mobilidade assente num eixo de transporte público menos poluente que ajudasse a diminuir a pressão do automóvel privado com todos os efeitos negativos que tem na qualidade de vida urbana. Mas sobre isto nem uma palavra, nenhuma iniciativa com vista a poder viabilizar financeiramente a continuidade deste projecto

estruturante para a cidade e região de Coimbra, o que resulta numa cabimentação orçamental de uns avultados e sintomáticos... 50 euros.

O esforço financeiro inerente ao projecto do convento de S. Francisco conduz a uma redução significativa da despesa em algumas áreas, como é o caso do Objectivo 01 Planeamento, Reabilitação e Qualificação, com menos 3,6 milhões de euros em relação a 2011; Objectivo 03 Cidade Solidária e Saudável, uma redução de cerca de 800 mil euros relativamente ao ano transacto; Objectivo 05 Educação, Desporto e Tempos Livres, que perde quase 6 milhões de euros, ou seja, de quase 30% da dotação em relação ao ano anterior.

Em face desta realidade, e ao analisarmos o Orçamento e as GOP que o executivo apresenta para 2012, consideramos gritante o desequilíbrio existente que penaliza de forma brutal as áreas de intervenção que consideramos das mais prioritárias, que são naturalmente as áreas de intervenção social.

Seria de prever, num contexto de agudização da crise social e de aumento do desemprego, que se reforçasse a função social da autarquia. No entanto, não vemos plasmado neste Orçamento, por exemplo, as preocupações que nos levaram a apresentar nesta mesma assembleia uma recomendação, aprovada a 27 de Abril do presente ano, com apenas uma abstenção, que propunha uma intervenção de curto e médio prazo com vista a minorar as situações de carência social e económica atingindo, sobretudo, os grupos sociais mais vulneráveis: desempregados, pensionistas, famílias sem rendimentos ou com rendimentos insuficientes, trabalhadores precários e vítimas de exclusão social.

Medidas como a instituição de tarifas sociais com 50% de desconto nas taxas de água, saneamento e lixo a aplicar aos beneficiários do RSI, complemento solidário de idosos, casais desempregados e agregados familiares cujo rendimento não ultrapasse o dobro do valor da pensão mínima do Regime Geral de Pensões; a Redução extraordinária de pelo menos 50% da renda social de habitação para casais desempregados; a Implementação de pelo menos uma cantina social que ponha em prática um plano de emergência alimentar; Medidas de reforço de apoio aos alunos carenciados, nomeadamente o fornecimento de refeições (almoço e jantar) e nos períodos de interrupção lectiva; a concessão de passe de apoio social gratuito nos transportes para casais desempregados e redução de 50% no passe social geral para agregados familiares de baixos rendimentos; Todas estas medidas teriam como função o amortecimento dos impactos da crise nos sectores mais vulneráveis, reduzindo o preço da “factura social”.

Mais uma vez sublinhamos a enorme importância e centralidade do investimento na reabilitação e recuperação urbana, e em particular do centro histórico, matéria que reúne grande consenso, mas a que continua a faltar visão estratégica e vontade política. Um dos problemas que mais nos preocupa na cidade de Coimbra é, sem sombra de dúvida, a desertificação, abandono e profunda degradação do seu centro histórico, em especial a zona da Baixinha. Esta é uma situação com profundíssimas implicações, não só do ponto de vista urbanístico e da qualidade de vida dos munícipes, como também do ponto de vista das vivências e dinâmicas socioeconómicas. A rubrica “Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana ” - 4.911.719 de euros, que correspondendo a um pequeno aumento em relação a 2011, constitui um dos valores mais baixos dos últimos anos. Em relação à “Reabilitação Urbana dos Centros Históricos ”, esta sofre mesmo um corte de 4,6 milhões para cerca de 4,5 milhões euros, um valor igualmente baixo quando comparado com os 7,6 milhões em 2009, redução esta tanto mais estranha quando

o plano de acção da candidatura de Coimbra – Universidade, Alta e Sofia a património mundial da UNESCO, aconselharia a uma renovada periodização deste eixo de investimento.

Pelo atrás exposto, o nosso voto no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012 não poderia ser senão o voto contra.

Sobre as Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC

O Bloco de Esquerda sempre valorizou a função do serviço público de transportes, assumido em Coimbra pelos SMTUC. É por isso que sempre nos solidarizamos com os protestos do Município relativamente à injustiça e discricionariedade do Estado central na atribuição de indemnizações compensatórias aos SMTUC, através do Orçamento de Estado, situação que tem penalizado fortemente o serviço público de transportes municipais da cidade

Valorizamos ainda os esforços de modernização anunciados: intermodalidade, novo sistema de bilhética, expansão da rede de painéis electrónicos de informação ao público, renovação da frota, manutenção da aposta no serviço de formação profissional.

Mas o traço mais marcante deste Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012, e o que merece a nossa mais veemente reprovação, é o do aumento do tarifário. O aumento médio global é de cerca de 5%, bem acima da inflação prevista, mas é bastante superior nos passes sociais especiais. Este aumento é de cerca de 40% nos passes sociais de “3.ª Idade” e “Reformados e Pensionistas por incapacidade”, que sobe de 12,80€ para 17,50 €.

Este aumento constitui uma atitude de forte insensibilidade social, que penaliza ainda mais os sectores sociais desfavorecidos que necessitam da utilização do transporte público, num contexto de agravamento da crise económica e social.

Nos últimos anos o nosso voto nas Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC tem sido a abstenção. Este ano será contra devido exactamente ao aumento do tarifário."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego:

"Gostaria que a sala estivesse mais bem composta, é pena muitos deputados estarem ausentes, estarem no exterior.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Vou ser breve e conclusivo na minha intervenção.

Ao tomar conhecimento das Grandes Opções do Plano, que de grande só tem nome, não me coíbo de aqui manifestar a minha tristeza sobre este Plano e de aqui dizer que vamos entrar no terceiro ano do terceiro mandato da Coligação “Por Coimbra”, e o que se tem verificado pelo menos referente a Torres do Mondego nas Grandes Opções do Plano não tem passado de meras promessas.

Não vou, nem preciso de identificar as obras prometidas que vêm a constar dos Planos e não só, obras que constantemente vem sendo adiadas, porque estas são do conhecimento de V.Ex^a., portanto, escusamos aqui de repeti-las.

Quanto às transferências por protocolo para as Freguesias, temos vindo a verificar que o propósito deste Executivo é o de aproximar estas transferências para os

níveis do fundo de financiamento das freguesias. Estes valores, calculados a régua e a esquadro, não têm em linha de conta as assimetrias, as mais carenciadas, com mais dificuldades atendendo à sua própria topologia, às suas acessibilidades e estruturas. Estas ficam em cada ano que passa com mais dificuldades económicas, enquanto existem outras, que pela sua proximidade à cidade com mais desenvolvimento, com mais estruturas a todos os níveis, essas, vêm aumentando o seu financiamento e bem, e bem! as outras é que estão mal.

A este propósito se mo permitem, gostaria de fazer aqui uma breve resenha aos últimos 3 Presidentes da Câmara sobre transferências.

Quando da governação deste Município pelo Dr. Manuel Machado foi instituída uma formula de cálculo de transferências em que havia um factor de correcção, variável, que vinha ao encontro exactamente daquelas freguesias mais carenciadas.

Uma formula que trouxe alguma justiça na atribuições de verbas.

Seguiu-se o Sr. Dr. Carlos Encarnação, em que não aboliu este critério, pelo contrário prometeu mais transferências para as Juntas de Freguesia como se devem recordar. Aumentou no primeiro ano, como cativou a seguir a cada Junta de Freguesia 10.000 €, que nunca foram repostos.

Agora com o Sr. Dr. Barbosa de Melo, além do que ficou dito com a aproximação das transferências para cálculos equivalentes ao F.F.F. reduziu para as tais juntas mais carenciadas 3% em 2011, no orçamento para 2012, mais 3% (+-1),além da cativação de mais 10% nas transferência de capital para este ano.

Senhor Presidente, a quantidade de obras e melhorias que as juntas realizam, ano após ano, não se compadece com estes cortes sistemáticos, até porque pela quantidade e qualidade e preço estas obras que a Câmara não tem capacidade técnica e humana para as realizar, prejudicando assim as aldeias e munícipes que mais longe vivem do centro de decisão.

Por este andar senhor Presidente, só andamos a perder tempo a discutir e a dar voz ao tão famigerado Livro Verde da Reforma Administrativa, porque não vai ser necessário essa reforma, naturalmente as freguesias, vão sendo asfixiadas financeiramente e fecharão as portas com ou sem Livro Verde."

Intervenção do deputado municipal Miguel Fonseca (Por Coimbra):

"Antes de mais, permitem-me fazer um elogio à clareza de apresentação do Dr. Olinto Vieira, fez uma apresentação bastante clara, bastante sintética, objectiva dentro das qualidades que lhe reconheço.

Relativamente aos aspectos principais que pretendia abordar, parece-me da mais elementar justiça fazer aqui duas notas de elogio simultaneamente de esperança, de elogio ao desempenho do vereador Luís Previdência, que é amplamente reconhecido o trabalho que tem desenvolvido ao nível da "democratização do desporto," da cidade de Coimbra, e aguardar de facto, essa qualidade de desempenho do Luís Previdência no desporto, agora como prometido reforço e de meios humanos, afectos nomeadamente ao nível dos espaços verdes, permite também, melhorar o desempenho a este nível, e também obviamente deixar um voto de confiança, não por qualquer teor futebolístico porque os votos de confiança de futebolísticos são ante-câmaras do despedimento, o voto de confiança sincero relativamente ao desempenho da administração do Turismo de Coimbra no ano de 2012, reconhecendo que é um ano verdadeiramente decisivo para a empresa, tendo em conta o que nos foi transmitido, relativamente ao Plano

de Actividades da Empresa Municipal para 2012, salientaria no meu ponto de vista, a reabilitação do posto de Turismo na Praça da República e a abertura de um posto de atendimento no Parque Verde do Mondego, para além do mega evento ainda não especificado a realizar-se em Junho de facto me parece iniciativas de salutareis e que certamente ajudaram ao desempenho que todos nós, desejamos que seja positivo e que inverta o histórico desta Empresa Municipal.

A última nota que pretenderia, apresentar é relativamente a dois aspectos fundamentais das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, por um lado o Convento de S. Francisco, que não obstante o peso financeiro evidente, notório representa para o orçamento da Autarquia, representará e estou certo, uma lufada de ar fresco para a Cidade e para o País, será seguramente a jóia da coroa do mandato desta maioria, enaltecer, e esperar e aguardar de facto que o ano de 2012 se consiga estar cada vez mais próximo da concretização desse projecto que está agendado para a primeira metade do ano 2013.

E também um elogio final relativamente ao Parque Tecnológico, ao Coimbra IParque que, penso que finalmente começa a dar alguns sinais de vida, é um projecto particularmente importante, já com bastantes anos enquanto projecto estruturante de Coimbra, e poderá ser, de facto, um parque com um desempenho muito importante ao nível da criação de emprego na Cidade, ao nível de captação de quadros para a nossa região, e aqui, seria importante no sentido da captação desse quadros qualificados, nomeadamente mão de obra estrangeira qualificada, porventura, procurar estudar a forma de, porque não, para ajudar a afixação desses recursos humanos qualificados na cidade a criação de um colégio de língua inglesa na cidade, que servisse de facto como, um factor de atracção desses recursos humanos qualificados de mão de obra estrangeira e respectivas famílias. Portanto, quer o IParque, quer o Convento de S. Francisco, são importantes porque no momento em que a economia portuguesa no seu todo, e nas regiões que a compõe, estão perfeitamente amputados do consumo que é privado qualquer público enquanto motor do crescimento. O convento de S. Francisco por um lado, e o Coimbra IParque por outro podem dar um contributo importante no sentido de nomeadamente pela via quer no investimento quer das exportações, contribuir para modestamente inverter este ponto de situação."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Pese embora a exposição que o senhor Director do Financeiro aqui nos trouxe o Partido Socialista quer dizer que, gostaríamos de nos confrontar com outro orçamento, um orçamento que fosse sustentado por um projecto de afirmação, de modernização, de recriação de uma cidade harmoniosa, bonita, culturalmente interessante, animada por diversos agentes de cultura, facilitador do acesso à juventude a diferentes vias e meios vocacionados à cultura, criadora de emprego, humanamente solidária, semeada e apoiada aqui e ali de instituições de apoio aos mais idosos, às populações em risco e às crianças.

Mas não é isso tristemente que observamos. Nele não se vislumbra uma estratégia, nele não descortinamos o azimute que conduza a uma política de desenvolvimento do concelho. Pelo contrário, cada vez mais se vão acentuando os desequilíbrios entre a periferia e a zona urbana, deixando-se de lado qualquer acção tendente a inovar, nas respostas às necessidades sociais e culturais dos conimbricenses.

O marasmo, o desleixo, o imobilismo, a descrença está instalado nesta Maioria do PSD/CDS e da CDU.

No orçamento e GOP não se alcançam medidas concretas que apontem de forma clara para a recuperação económica, comercial da vida urbana da baixa.

No Orçamento e GOP, não se alcançam medidas concretas para o desenvolvimento do Aeródromo Bissaya Barreto, para que se caminhe no sentido do seu aproveitamento pelo turismo e pela área dos negócios, por exemplo.

No orçamento e GOP não se alcançam medidas concretas de apoio à cultura e seus agentes culturais.

No orçamento e GOP não se alcançam quaisquer medidas que de forma inequívoca resulte apoio às instituições de solidariedade social.

A degradação da Mata do Choupal atinge um nível galopante e desolador. O IParque não deixa de poder ser caracterizado por um elefante branco e as suas vias infraestruturantes não passam de uma pista de automobilística.

Os objectivos traçados pelo Plano Estratégico do ‘cluster da saúde’, de densificação Económica da Região, da revitalização Turística, da criação de uma zona ribeirinha, ficam na gaveta, não passam de uma miragem.

Senhores deputados; Coimbra não acaba na Portagem e não se esgota no Centro de Congressos do Convento de São Francisco. Para nós, socialistas começa e acaba muito mais longe, tendo Coimbra tudo a ganhar em liderar um movimento de regionalização a nível nacional. Mas assim não, definitivamente não!

Este é um mau orçamento e um mau Plano.

É um orçamento de uma obra só de uma cidade, a do Centro de Congressos orgulhosamente lançado pelo executivo socialista então Presidido pelo saudoso Presidente Dr. Mendes Silva, cuja memória respeitamos e sobre ela nos inclinamos. O Centro de Congressos está no nosso imaginário de há muito, mas não pode ser só betão, carece de também programadamente de gerar emprego e eventos visíveis na cidade e não apenas sacrificar as demais necessidades de todo um concelho, sobretudo o apoio e acção social às pessoas e às famílias, bem como da educação, especialmente no ensino pré-escolar e do ensino básico.

Sonhamos com meios de transporte rápidos, cómodos e eficientes, que nos estendesse aos concelhos limítrofes, bem como com a reconversão urbana da nossa cidade que lhe são inerentes. O desânimo já se instalou e o desinteresse desta Câmara na luta pelo Metro Mondego preocupa-nos. A respectiva rubrica orçamental não está sequer dotada, o que aponta que ela já desistiu do Metro Ligeiro de Superfície.

Mas nós socialistas, ontem como hoje, queremos dizer a todos vós que estamos aqui, com a mesma determinação para lutar pelo Metro Mondego e pelo progresso desta terra que é nossa. Coimbra!

Mas este é também um orçamento mau, porque é um orçamento desequilibrado.

Do lado das receitas, verifica-se a inscrição de uma receita de venda de terrenos de 21.939.081€, quase 16% do seu total. Onde estão esses terrenos? Um embuste orçamental. Um orçamento desequilibrado para falarmos verdade.

As despesas correntes — 80.734.408€ - representam 58,40% das receitas totais.

As despesas com pessoal — 27.445.142€ - representam praticamente 20% (19,85%) das despesas totais.

As transferências correntes incluindo as transferências de capital para as freguesias — 4.752.346€ - ficam-se pelos 3,44% das despesas totais.

Um comentário apenas: desolador!

As despesas de investimento no Convento de São Francisco — Centro de Congressos — 24.520.976€ - representam, Senhores deputados, 57,13% do total da aquisição dos bens de capital.

Dizemos bem, nós socialistas, este é um orçamento de uma obra desta cidade e não um orçamento deste concelho de Coimbra.

Este é um orçamento cuja receita total é de 138.246.982,00€, do que esta Câmara destina 1,09% à Acção Social e Família e 0,02% à Educação Pré-Escolar e 0,92% ao Ensino Básico e Secundário.

Mais palavras para quê? Os números falam por si!

Somos uma oposição responsável, construtiva, mas assim não podemos dar mais o benefício da dúvida a esta Câmara.

O Partido Socialista, convictamente, votará contra o Orçamento e os Grandes Opções do Plano:

Coimbra merece, muito, muito mais!"

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"Quero mostrar senhor Presidente a minha indignação aqui na questão Protecção Civil, assim vamos acabar com os Bombeiros Voluntários. Tivemos um corte de 50% no subsídio, a menos que haja algum engano?

Na educação desporto e tempos livres, estou muito apreensivo, gostava que o Senhor Presidente da Câmara nas conclusões desta Assembleia Municipal pudesse fazer alguma referência a um corte que leio aqui neste orçamento, no ensino básico secundário, onde se previa gastar em 2011, seis milhões 6.335 e gastou-se 6.332 prever-se um gasto de 822 mil; ou seja, há um corte de 86%, para quem está nas juntas de freguesia pensamos logo onde é que vamos buscar, onde podemos cortar, é nas refeições? é nos transportes escolares? é nas AEQ, gostávamos que isto fosse esclarecido.

Nos parques infantis prevê-se aqui duas verbas uma de 90 mil euros e outra de 21 mil, que é para reparações, prestações, mas também não diz onde é que vai ser, e quem tem neste momento parque infantis destruídos não sabemos como é que as verbas vão ser distribuídas.

Sobre obras na rubrica das acessibilidades, já temos desde 2005/2006 uma obra em Brasfemes que é o alargamento do Pontão em Vilarinho, com o projecto aprovado pela Câmara já há 5 ou 6 anos, mais uma vez, sem verbas definidas.

Nas delegações de competências para dizer que não se vê aqui mais 1 centímetro de tapete, a rua principal da freguesia está toda danificada, passadeiras e lombas que estão para ser aprovadas, já estive aqui nesta tribuna muitas vezes a falar neste assunto.

A outra questão, e penso que os deputados municipais também já repararam, são as ausências do vereador Luís Previdência que durante este ano de 2011 esteve presente nas sessões da Assembleia Municipal uma só vez.

Não sei como lhe mandar o recado, peço ao Senhor Presidente da Câmara que a obra está concluída da parte da Junta, em oval o brasão da junta de freguesia está todo feito em cantaria já desde o ano passado, ou seja, desde 2010, falta apenas a conclusão do preenchimento por parte dos espaços verdes, a junta de freguesia já comprou os materiais, e aquilo continua por se fazer, disseram-me que o problema era com o vereador João Orvalho que não desbloqueava as horas extraordinárias dos jardineiros, penso que essa questão está superada, mas as coisas continuam na

mesma por se fazer, e é uma pequena obra, que fará se fosse grande demorava anos e anos.

A outra questão de recado remonta ao ano de 2010, creio que este problema de Brasfemes, é extensiva a todas as freguesias, todos os Presidentes de Junta que se atravessaram que andaram a pagar a funcionários ao acompanhamento às horas das refeições aos alunos têm as verbas todas para receber de 2010 não estou a falar de 2011.

Outro assunto, um recado para os senhores deputados municipais.

O espírito de solidariedade foi mostrado aqui hoje, votaram na moção dos 31 Presidentes de Junta votaram 29, eleitos directos votaram 13.

Um Ministro e um Secretario de Estado como enalteceram o papel preponderante dos Presidentes de Junta no papel do Estado, na minha opinião parece impossível que se tenha o espírito de solidariedade aqui nesta Assembleia."

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

"A minha intervenção é no sentido de deixar muito claro, que o Partido Socialista como já foi dito pelo deputado Ferreira da Silva, vai votar contra o orçamento porque entendemos muito injusto, aqui cortes brutais que tem na Acção Social, na Educação e outras actividades sociais. Queremos também mostrar muito claro, que Partido Socialista é o partido que programou, que idealizou que sonhou a obra do Convento de S. Francisco. Agora a obra que se concretiza, são mais de 80% de participação comunitária, o Partido Socialista é o partido da Europa, um partido que acredita em fundos estruturais, pena é que sejam tão curtos, e o que precisamos é de mais Europa e mais distribuição da riqueza pela Europa. Temos todo o orgulho em que se concretize essa obra, que é uma obra de Coimbra, do concelho de Coimbra e de todas as Câmaras que desde há mais 10, 15 anos vêm sonhando com essa concretização.

Portanto, não é propriedade de nenhum Presidente de Câmara, nem de nenhuma Câmara, nem de nenhum Partido, é uma obra que demorou mais de 15 anos a ser concluída e que vai ser celebrada por todos nós.

Primeira nota, o Partido Socialista acredita em obras estruturantes para esta Cidade, para este Concelho, ainda há pouco ouvimos o Senhor Presidente de Junta mostrar isso, é tão interessante ver, o que foram os 5/6 anos do Governo anterior, e o que é hoje.

Permitam-me um exercício, convento efectivamente, o Museu de Santa Clara a Velha, uma grande obra estruturante que tem assinatura, quem acreditou que era possível construir ali um grande pólo de atracção turística, a reforma e a reestruturação do Museu Machado de Castro, também aqueles que acreditavam no Metro de Coimbra e que deram o seu contributo para que isso fosse possível.

Mais, também vem em tempo aquele Primeiro-Ministro que não gostava de Coimbra e que conseguiu inscrever no orçamento de estado que viesse dinheiro para a Universidade de Coimbra para se fazer a biblioteca da Faculdade de Direito, e vejam que espanto, agora que o PSD está no Governo, que pensávamos que o PSD de Coimbra era tão forte no Governo, vejam a primeira coisa que se faz no orçamento do estado ao que, me foi informado é retirado o dinheiro para fazer a biblioteca da Universidade de Coimbra. A final o problema que a estudante da JSD dizia que é preciso espaços para estudar à noite, até concordamos, era um sonho do senhor Prof. Manuel Porto, termos gente na Alta a estudar á noite como se faz em Salamanca, a primeira coisa que se faz, não se

sabe onde está o dinheiro para fazer a biblioteca, da Faculdade de Direito de Coimbra.

Portanto, temos que repensar afinal quem é que não gosta de Coimbra, foi aquele que aqui nasceu, ou foi aquele que fez aqui o seu curso o seu bacharelato de engenharia técnica. Também é muito curioso as críticas aos engenheiros técnicos, e o louvor que fazem aos licenciados de engenharia. Portanto, tenho para mim o que se mostra é o seguinte:

Se calhar aquele que se aqui formou em engenharia técnica gosta muito mais de Coimbra do que o senhor Primeiro-Ministro actual que nasceu em, Coimbra, mas, que em seis meses já conseguiu mostrar que não trás realmente boas noticias para Coimbra.

Mas sintetizo 2012 e 2013, vai ter de facto um assunto muito importante, o Convento de S. Francisco esse grande Centro de Congressos foi uma obra desenhada por Mendes Silva, por Manuel Machado e concretizada nestes últimos anos também de honra seja feita, a quem a concretiza.

Mas, havia um projeto até 2001, não é só fazer a obra, não é só fazer as paredes, é preciso trazer o que é mais difícil, actividade, movimento, então estamos a 2 anos de uma inauguração importante. Onde é que está uma programação cultural, científica a ser planeada? O que é que está no orçamento sobre isso?

Nada!

Afinal as obras de fachada, não são do tal Eng.º Técnico, as obras de fachada se calhar são também feitas aqui em Coimbra e pelo PSD/CDS.

Portanto, que fique realmente claro que o PS é totalmente a favor do Convento de S. Francisco, do grande Centro de Congressos, votamos contra porque isso não justifica a eliminação de setores sociais de Educação e da Cultura, de forma como é feita e sobretudo porque não vemos também, um pensamento do Centro de Congressos a 2 anos que é preciso começar a fazer, desde já."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Quando se discute uma matéria densa como um orçamento, há uma pergunta que nos fica certamente a todos, na nossa cabeça, que é dizer assim:

Quanto dinheiro seria necessário, para que todos, se pudessem rever inteiramente no que está num orçamento. Para dizer, sim senhor, este é um orçamento que responde a tudo aquilo que gostava de ver respondido.

Esse orçamento seria certamente de varias centenas de milhões. Há um primeiro exercício que se faz, quando se constrói um orçamento, que é perguntar às juntas, perguntar aos diferentes vereadores, quanto vale os conjuntos dos projetos que entendem ser necessários e que é possível fazer, no ano que vem a seguir. Essa soma de todos esses projetos este ano valeu cerca de 190 milhões, isto era a soma das intenções, intenções que já com alguma capacidade de concretização, a soma de tudo isto dá 190 milhões. O problema é que nós não temos 190 milhões, se nós tivéssemos 190 milhões, fazíamos um orçamento para os 190 milhões, toda a gente punha aquilo que entendia e todos saíamos daqui satisfeitos. Mas, com um pequeno problema é que depois não ía haver os 190 milhões, para fazer as coisas. Aquilo que estamos a tentar fazer, ano após ano, nos últimos tempos, é reduzir o nosso orçamento, àquilo que efetivamente podemos fazer.

Evidentemente que este exercício, talvez não seja muito popular, porque é mais fácil enganar as pessoas e pôr muitas coisas num orçamento e fazer um orçamento com valor muito alto, toda a gente sabe que não o vai realizar. Compreendo que é

mais fácil! Não é essa a via que entendemos, julgo que não é essa a via correta, em 2011/2012, perante o buraco financeiro em que estamos todos metidos.

Portanto, ainda que não seja popular, fazer um orçamento que representa para todos cortes em relação aquilo que todos gostavam de ver no seu orçamento, ainda que isso não seja popular é absolutamente essencial que o Município de Coimbra faça este exercício, faça este sacrifício, só assim construiremos contas, que darão sustentabilidade a este município. Não estamos a falar de coisas que não hão-de a vir a acontecer, mas se as coisas continuam como estão, não tarda que vamos ver municípios a abrir falência. Não queremos que isso aconteça ao nosso, não queremos que o nosso Município caía em situações e neste momento estão projetos de lei que estão a ser discutidos no seio da Associação Nacional de Municípios, que basicamente diziam o seguinte:

Os Municípios que devem a mais de X dias não podem fazer mais nenhum contrato não podem fazer mais nada.

O Município de Coimbra não pode, nem vai cair em situações destas, pelo menos enquanto eu aqui estiver não posso deixar que isso aconteça, porque isso é comprometer irremediavelmente gerações de conimbricenses que têm o direito de ser respeitados por nós que somos a geração que hoje estamos aqui.

Por isso, é que o orçamento deste ano, se calhar seria mais fácil pensar em orçamentos mais gordos, e mais capazes de agradar a muita gente, o orçamento deste ano é de facto um orçamento mais magro ainda, mais pequeno do que o ano passado,

apesar de termos o Convento para fazer. E aqui peço desculpa. Podemos, neste momento, não fazer o convento, se eventualmente resolvessemos parar, a nós, não nos passa pela cabeça, implicaria já indemnizações tão grandes como aquelas que pagamos para o fazer. Portanto, neste momento já estamos num ponto que não poderemos voltar atrás. É bom que todos aqui tenhamos consciência disto. Estou totalmente de acordo, por isso tenho estado a trabalhar vincadamente neste dossiê, o importante, aquilo que vamos fazer, esta obra em que vamos pôr muitos dos nossos recursos, em que estejamos a pensá-la para que ela no futuro produzir recursos, e não ser um sorvedouro de recursos, porque infelizmente muitas coisas destas foram feitas no nosso País nos últimos anos, são é, sorvedouros de recursos, não são produtores de economia produtores de recursos. É isso, que o nosso convento também não pode ser e também não o vai ser!

Quanto ao resto, certamente todos aqui tem alguma razão, há aqui duas perguntas que não gostava de deixar de responder.

Nós não estamos a pensar baixar os subsídios às duas das nossas Associações Humanitárias de Bombeiros.

Já agora permite explicar outras circunstâncias, noutras situações, é que os orçamentos tem lá uma verba, que tem de ser deduzida da dívida que muitas as vezes transita, vasta que no ano económico não seja pago um ano de subsídio e no ano seguinte temos que ter dois subsídios, que é o do ano anterior e aquele do orçamento, foi o que aconteceu o ano passado, e este ano já não esta a acontecer porque estamos a pagar melhor, no tal esforço que estamos a fazer para termos as nossas contas mais saudáveis, talvez não seja um esforço muito popular a curto prazo, mas que é, absolutamente imperativo nos dias que correm.

Outra nota: Há um corte muito grande na parte de educação, vejam bem o que é que lá está, os números. O que acontece é que nós no ano em curso 2011, concluímos um ciclo de investimentos enorme, só este ano foram cerca de 6

milhões de euros, que pagamos em centros escolares novos, ou em grandes remodelações de centros escolares.

Estamos, neste momento, a prepara uma segunda fase de remodelações de centros escolares, mas no ano de 2012 vai haver menos investimentos em centros escolares. Em 2012/2013 já vamos voltar a ter um grande ritmo de investimento, mas este ano não era possível manter o ritmo de investimento nas escolas e o Convento de S. Francisco ao mesmo tempo, não se trata de cortar nem na Acção Social Escolar, nem neste tipo de programas. É apenas cortar no investimento em escolas novas, não é cortar mas sim, adiá-lo ligeiramente, foi esta a decisão que tomamos, sempre dentro do objectivo de manter as contas sobre controlo.

Perceberão todos que é absolutamente vital para Coimbra que isto se possa manter, como temos conseguindo nos últimos meses a manter.

Portanto, diria que ninguém sai muito satisfeito na discussão de um orçamento, porque nunca está num orçamento tudo aquilo que nos achamos que deveria lá estar, muitas das coisas até deveriam constar, estamos de acordo, mas os orçamentos tem o pequeno problema, começamo-lo a fazer pelo fim, quanto dinheiro poderemos ter e depois onde poderemos cortar para encaixar as intenções neste teto, que é um teto que nos impõe. A não ser que começássemos a vender o município aos bocados, a realizar receita com isso, coisa que nunca faremos também.

É isto, que está em cima da mesa, evidentemente que cada um dos senhores deputados municipais, fará a sua opção e é da discussão certamente e de nos esclarecer mutuamente que nasce alguma luz, e alguma luz vai penetrando nas paredes desta Câmara e nas sessões desta Assembleia Municipal."

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação os seguintes pontos:

Ponto 2 - CMC - Mapa de pessoal para 2012:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, e nos termos previstos nos art.s 4º a 7º da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, e adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei 209/2008, de 3 de Setembro, deliberou, por maioria, com 57 votos a favor e 2 abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para 2012 da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 - CMC - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e autorização para contracção de empréstimos de curto prazo e autorização para consultas a instituições de crédito para empréstimos de médio e longo prazo:

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, e nos termos da alinea b) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria (com 29 votos a favor, 12 votos contra e 17 abstenções), aprovar os documentos previsionais para 2012 "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012" da Câmara Municipal de Coimbra";

Aprovar a Norma de Controlo Interno, nos termos do nº2.9.10. do POCAL;

Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11. do POCAL;

Autorizar a Câmara Municipal a proceder à contratação de empréstimos de curto prazo, que venham a tornar-se necessários durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, nos termos do artº38º, nº3 e 7, da Lei das Finanças Locais (LFL), até ao limite de endividamento permitido, no artº37º e no nº1 do artº39º da LFL;

Autorizar a Câmara Municipal a proceder à consulta a instituições de crédito tendo em vista a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos de 2012, nos termos do artº38º, nºs 6 e 8 da Lei das Finanças Locais, com respeito pelo limite do endividamento permitido pelos artigos 37º e 39º da mesma LFL;

Aprovar a delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4 - SMTUC - Mapa de Pessoal para 2012:

Para este processo, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Dezembro do mesmo ano, e nos termos previstos nos art.s 4º a 7º da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, e adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei 209/2008, de 3 de Setembro, deliberou, por maioria, com 56 votos a favor e 2 abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para 2012 da Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 - SMTUC – Tarifário e Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos

"O tarifário está junto às Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC, mostro a pagina onde isso está, logicamente o tarifário vai ser votado nas Grandes Opções do Plano. O tarifário vai ser votado separadamente, o que está errado, devia ter uma votação própria."

Gerou-se aqui alguma confusão pelo facto do Tarifário dos SMTUC vir à Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o tarifário veio à Assembleia Municipal por engano, ou seja, porque vinha incorporado nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012. O tarifário não carece de aprovação da Assembleia Municipal.

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

"Efectivamente a este ponto nas Grandes Opções dos SMTUC para 2012, o tarifário está lá incluído. Em relação a este aspeto, a CDU tem a dizer o seguinte: Os Serviços Municipais de Transporte Urbano de Coimbra apresentam para 2012 um Plano que confirma a inoperância da Administração dos SMTUC, com o aval do Executivo deste Município, no que respeita às fontes de financiamento deste serviço público, ao reforçar esse financiamento no aumento do tarifário da rede

geral e dos passes sociais suprimindo ainda os passes designados por 4.18 e sub23 — ou seja no bolso do cidadão!

O aumento médio de 5%, 2,1% acima da inflação, contraria desde logo a intenção expressa na rubrica *Perspectivas para 2012* quando se refere a suposta intenção dos SMTUC, e cito, “ Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminentemente social...”.

Tão social que este aumento por si só, num momento de cortes nos salários e subsídios, de aumento considerável de custos dos bens essenciais, de agravamento do poder económico das famílias, de aumento do desemprego...faz do transporte urbano em Coimbra um serviço cada vez menos público e cada vez mais inacessível aos munícipes. Tal facto, torna-se ainda mais evidente, quer pelo brutal aumento quer pela desvalorização do carácter social do transporte público, se analisarmos a brutal subida dos passes sociais destinados à “3ª idade” e “Reformados e Pensionistas por incapacidade”. Aqui o aumento é de um valor real de 4.70 euros. Também com a extinção dos passes 4.18 e sub 21, as únicas opções das famílias com filhos em idade escolar, é o passe estudante, que passará a ter, para quem usufruía destas modalidades, um custo acrescido de 4.50 euros.

Foram estas propostas expressas nas Grandes Opções para 2012 dos SMTUC que a autarquia de Coimbra da maioria PSD/CDS aprovou e viabilizou.

A Câmara Municipal de Coimbra continua a permitir que os SMTUC sejam, sob o ponto de vista financeiro, suportados maioritariamente pelo município e pelos munícipes. Segundo o documento que nos foi dado analisar para o orçamento dos SMUTC apenas 16% das verbas vêm da Administração Central... Comparando com 2009 é ainda menor esta transferência de verba — era então de 19,9%. Em 2 anos o valor transferido diminuiu em cerca de 3%.!!!

E o que é que o Executivo da Câmara Municipal tem feito quanto à persistência dos sucessivos Governos em excluir Coimbra do financiamento ao transporte público a que Lisboa e o Porto têm direito???

A CDU tem contestado esta atitude passiva que tem sustentado, ao longo dos anos, esta discriminação com custos graves — e mais agravados para 2012 — para os munícipes de Coimbra. Ao longo destes anos a única contestação visível desta autarquia foi, ainda no anterior mandato desta maioria PSD/CDS, a inscrição nos autocarros das verbas recebidas por Lisboa e Porto e que Coimbra via passar...

Por tudo o que anteriormente foi exposto, mas não só

Também porque ao longo dos anos os SMTUC continuam a colocar nas Grandes Opções teoria como “ garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações...” quando na prática não tem havido uma única aposta no alargamento deste serviço público a freguesias do concelho de Coimbra cujo único recurso continua a ser o transporte privado.

Porque consideramos que um serviço público, pago pelos nossos impostos, deve responder de igual modo a todos, mais ainda quando as situações sociais se agravam.

A CDU vai votar contra as Grandes Opções de Orçamento para 2012 dos SMTUC."

Posto o processo mencionado em epígrafe à votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, e nos termos da alinea b) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as

alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria (com 30 votos a favor, 11 votos contra e 21 abstenções), aprovar as "Grandes Opções do Plano e Orçamento" dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2012".

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - TC-Turismo de Coimbra, EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2012 – Para conhecimento:

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"Mesmo sendo para conhecimento pode haver algum grupo que queira discutir o assunto.

Relativamente ao ponto seis que não é para votação, mas, que estamos aqui para apreciar e podemos falar sobre o Turismo de Coimbra a CDU tem a seguinte posição.

Nas últimas reuniões da Assembleia Municipal foi decidido que a Turismo de Coimbra teria uma solução, mas até agora nenhuma decisão do Executivo da Câmara foi comunicada a esta Assembleia.

Consideramos que o Executivo deveria decidir com base nos estudos feitos e comunicar à Assembleia a decisão para que não se arraste por mais tempo este problema.

A CDU pede, que seja explicado este adiamento da decisão.

Relativamente ao Plano de Actividades consideramos que houve uma evolução positiva em relação aos últimos planos.

Tendo em conta a contenção dos gastos consideramos que há aspectos novos positivos que podem melhorar a acção desta instituição, caso na realidade ponham em prática o planeado relativamente aos eventos e à preparação de equipamentos de apoio.

Assim, consideramos positivo o plano de melhoramento dos Postos de Turismo, que é muito importante no apoio aos turistas, bem como a preocupação em interligar a acção de várias entidades — a política de cooperação - e a republicação e publicação de algumas obras relacionadas com a cidade."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos:

"Estou pasmado com a intervenção da senhora deputada da CDU, que falou efectivamente na Empresa Municipal de Turismo, foi até aqui apresentado e elogiado pelo senhor deputado do CDS, o processo inserido nas Grandes Opções do Plano, da Empresa de Turismo de Coimbra. Então a CDU vota as Grandes Opções do Plano, e agora vem contestar a Empresa Municipal de Turismo?

Há coisas que eu não entendo. Era só esta chamada de atenção."

Intervenção do deputado municipal Carlos Clemente:

"Em relação ao ponto seis, Turismo de Coimbra, sei que é para tomar conhecimento mas por questão de coerência política, penso que levantar este problema, isto, de facto, não é um problema é uma contestação.

Recordo-me quando nesta Assembleia se discutiu o problema da Empresa Municipal de Turismo foi um grande "peri-có-có" nesta sala. Aliás, o próprio deputado Maló de Abreu era de opinião de se fazer um estudo sobre o Turismo de Coimbra, visando a sua continuidade ou não.

Recordo-me, que eu próprio em relação à questão do Turismo de Coimbra, também tive uma intervenção sobre esta matéria e penso que foi consensual nesta Assembleia a extinção da Empresa Municipal de Turismo ou a integração dela na Câmara Municipal. Havia, aqui de facto, um entendimento na Assembleia sobre esta matéria, em relação ao Turismo de Coimbra e era a integração do Turismo de Coimbra na Câmara no serviços etc., etc.

Isto, foi só uma pequena introdução para nós percebemos que agora tudo se voltou. E eu gostaria de saber o porquê? Porque eu ao ler o documento que me foi entregue, verifiquei ali, orçamentos, custos, ganhos, etc., etc., repare-se até parece que temos ali no Turismo de Coimbra uma Câmara paralela com orçamentos, com ideias,...

Mas de facto, pasme-se que a Turismo de Coimbra para se fazer a iluminação de Natal que foi feita, devia ter vergonha. O melhor era não terem feito nada.

Gostaria de saber quanto é que custou. Fazer por fazer não, que se faça bem. O que nós assistimos foi uma iluminação da Ferreira Borges, - Visconde Luz – Portagem, um arco ali, um arco acolá, sinceramente era uma pobreza franciscana.

Penso que os comerciantes e os cidadãos de Coimbra mereciam melhor, se não há dinheiro não se fazia. Agora gastar dinheiro no Turismo de Coimbra como está no documento em apreço, penso Senhor Presidente da Câmara que V. Exa. e a sua vereação deveriam repensar efectivamente se vale a pena ou não continuar com a Empresa Municipal de Turismo de Coimbra. Porque a ser assim, com o devido respeito pelas pessoas, pelo bom trabalho que executam há aqui um grande retrocesso de processos e de mentalidades nomeadamente da bancada da Maioria."

A Assembleia tomou conhecimento do Orçamento e Plano de Actividades Turismo de Coimbra, E.M. para 2012.

Ponto 7 - AC – Águas de Coimbra EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2012 – Para conhecimento:

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

Relativamente a este ponto, a Águas de Coimbra conseguiu alcançar um equilíbrio financeiro, diz-se no Relatório do Plano de Actividades. Isso é positivo, contudo foi conseguido principalmente à custa do cidadão consumidor.

Queremos chamar a atenção para o facto de não fazerem referência concreta ao novo tarifário e fugirem a comparações com os tarifários anteriores, alegando que irão alterar os critérios dos tarifários. Não é correcto e poderá parecer um meio para esconder as subidas das tarifas! De facto na página 31 referem-se novas tarifas para 2012 sem concretizar os montantes dessas tarifas!

No ano anterior a prestação de serviços — valor esperado em tarifas de exploração de água e saneamento - foi de 14.286.144 euros e este ano o esperado é de 15.187.656 euros. Isto é, quase 1 milhão de euros a mais. Este aumento só pode vir do bolso do cidadão consumidor. Então explicita-se esse aumento das tarifas!

Na realidade as novas tarifas têm agravamentos que em média rondarão os 6,5%, sendo especialmente agravados no saneamento e, por vezes, os agravamentos ultrapassarão os 10%, o que penalizará principalmente os consumidores domésticos, mas também o comércio, indústria e serviços.

Os “ventos” privatizadores sopram com força, empurrados pelo Governo central do PSD e CDS, pela TROIKA e sempre com o apoio do PS e tememos que a ÁGUA seja um dos próximos negócios de privatização!

A CDU sempre tem lutado contra a privatização da Água e há um ano entregou nesta Assembleia milhares de assinaturas de cidadãos de Coimbra que não aceitam a privatização da água.

Lembramos, mais uma vez, esta exigência da CDU e de cidadãos de Coimbra e esperamos que as Águas de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra rejeitem esta política privatizadora que só prejudicará os cidadãos."

A Assembleia tomou conhecimento do Orçamento e Plano de Actividades da empresa AC – Águas de Coimbra EM. para 2012.

Ponto 8 - Situação Económica e Financeira das empresas do Sector Empresarial Local do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - Pareceres semestrais dos auditores externos/2011:

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 31 abstenções, aprovar a Situação Económica e Financeira das empresas do Sector Empresarial Local do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - Pareceres semestrais dos auditores externos/2011.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9 - CMC - Fornecimento contínuo de gasóleo - Repartição de encargos:

Relativamente a este processo, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Dezembro do mesmo ano, deliberou, por maioria, com 59 votos a favor e 2 abstenções, aprovar a alteração do valor das despesas plurianuais para o fornecimento contínuo de gasóleo, ao abrigo do disposto no artº 22º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico a seguir indicado:

-2012-€ 709.600,00 acrescido de IVA

-2013-€ 600.000,00 acrescido de IVA

-2014-€ 50.000,00 acrescido de IVA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 10 - Associação UNIVER(SC)IDADE – Constituição e Estatutos:

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea m) do nº2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar a adesão do Município de Coimbra à Associação UNIVER(SC)IDADE nos termos dos estatutos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 11 - Plano de Gestão/Planos de acção da candidatura de Coimbra – Universidade, Alta e Sofia a património mundial da UNESCO:

Intervenção do deputado Pignatelli Queiroz:

"Lamento que um processo que votado por unanimidade pela Câmara, há pelo menos 20 anos, com a proposta de Coimbra a Património Mundial, tivesse, pura e simplesmente desaparecido, e até hoje nunca apareceu. Eu próprio, fui a Lisboa ao Plácio da Ajuda, afirmaram-me que a Câmara não tinha para lá enviado o processo e até hoje esse processo nunca mais apareceu. Onde está?

Lamento, porque Coimbra podia já ter sido já considerada Património Mundial.

Relativamente a este processo, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Gestão da Candidatura de Coimbra - Universidade, Alta e Sofia a Património Mundial da Unesco, constantes dos Quadros 1 e 2 em anexo à presente certidão, bem como aprovar as acções com execução plurianual.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12 - Regulamento do Prémio Literário João José Cochefel/Casa da Escrita:

Para este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 8 de Novembro do mesmo ano, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Prémio Literário João José Cochefel/Casa da Escrita, o qual faz parte integrante desta certidão.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 13 - Novo Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Coimbra:

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe, sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Dezembro do mesmo ano, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Novo Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Coimbra, o qual dada a sua extensão, faz parte integrante desta acta.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 14 - Regulamento da Biblioteca Municipal de Coimbra:

Relativamente a este regulamento a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 8 de Novembro do mesmo ano, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento da Biblioteca Municipal de Coimbra, o qual dada a sua extensão, faz parte integrante desta acta.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva:

"O Partido Socialista aprovou estes regulamentos, na convicção que estiveram todos em período de discussão pública."

Ponto 15 - Aquisição de gasóleo a granel para os SMTUC - Repartição de encargos:

A Assembleia Municipal para este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Dezembro do mesmo ano, a deliberou, por unanimidade, aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, a proposta de alteração de repartição de encargos relativa ao Processo n.º

1196 – procedimento ao abrigo do acordo do acordo-quadro ANCP 2.2 Combustíveis Rodoviários – aquisição de gasóleo a granel:

- - 2011 - € 2.952.060,52 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
- - 2012 - € 2.852.894,48 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
- - 2013 - € 0,00.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 16 - SMTUC - Aquisição do serviço de fornecimento de energia eléctrica em média tensão para as instalações - Repartição de encargos:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Dezembro do mesmo ano, deliberou, por maioria (59 votos a favor e 2 abstenções), aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o procedimento para a aquisição do serviço de fornecimento de energia eléctrica em média tensão para as instalações dos SMTUC, bem como aprovar a repartição dos encargos inerentes ao processo em causa para os anos de 2012 e 2013, a saber:

- 2012 – valor de € 133.792,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
- 2013 – valor de € 35.208,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 17 - SMTUC - Prestação de serviços na área de seguros do ramo automóvel - Repartição de encargos:

Para este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (59 votos a favor e 2 abstenções), aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o procedimento para prestação de serviços na área de seguros do ramo automóvel para a frota dos SMTUC, bem como aprovar a repartição dos encargos inerentes ao processo em causa para os anos de 2012 e 2013, a saber:

- 2012 – valor de € 83.333,33 (isento de IVA);
- 2013 – valor de € 116.666,67 (isento de IVA).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 18 - CEBES - Centro de Bem Estar Social de Brasfemes – Construção de Lar de Idosos - Constituição de direito de superfície:

Para o processo mencionado em epígrafe, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro do mesmo ano, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a constituição em direito de superfície a incidir sobre um terreno pertencente ao domínio privado do Município, pelo prazo de vinte e cinco anos, renovável, correspondente ao artigo matricial urbano da freguesia de Brasfemes, inscrito na matriz n.º 1210 e descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, sob o n.º 1626, com a área de 2.350m², conforme resulta da ficha cadastral de imóveis com o n.º 2144, nos seguintes termos:

Objeto: constituição de um direito de superfície com vista à construção de um lar de idosos.

Prazo: 25 anos, renovável.

Valor: o valor atribuído ao direito de superfície é de 27.338,23€ (vinte e sete mil, trezentos e trinta e oito euros e vinte e três cêntimos).

Prazo máximo para a conclusão das obras: 5 anos após a formalização da constituição do direito de superfície.

Cláusula de reversão: o equipamento, bem como quaisquer outras benfeitorias a construir reverterão para o Município de Coimbra sem direito a quaisquer indemnizações, se não for cumprido o prazo máximo para a conclusão das obras ou se ao imóvel for dado destino diferente do contratualizado – Construção de um Lar de Idosos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"Para dizer o quanto estou grato à Câmara Municipal de Coimbra, não só pela cedência deste terreno para o efeito referido atrás, mas pela maneira celere como foi tratado. Obrigada"

Ponto 19 - Desafecção do domínio público de parte da parcela 50 da Circular Externa/3º troço, com início ao Km 1+525:

Relativamente a este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 24 de Outubro do mesmo ano, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, (55 votos a favor e 11 abstenções) aprovar a desafecção do domínio público municipal das parcelas de terreno a seguir descritas, todas a desanexar do prédio urbano sito em S. Romão, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 7301/20061004, inscrito na matriz urbana com o artigo n.º 12471º, da freguesia de Santo António dos Olivais:

Parcela 1: Parcela de terreno, situada em S. Romão, com a área descoberta de 5,40 m², Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando atualmente de norte e nascente com Acácio Marques, sul e poente com domínio público municipal.

Parcela 2 : Parcela de terreno, situada em S. Romão, com a área descoberta de 131,90 m², Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando atualmente a norte e poente com Acácio Marques, sul e nascente com domínio público municipal.

Parcela 3 : Parcela de terreno, situada em S. Romão, com a área descoberta de 485,95 m², Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando atualmente de norte com UTILINACÁCIO, Unipessoal, Lda., sul e nascente com domínio público municipal, poente com UTILINACÁCIO, Unipessoal, Lda. e domínio público municipal.

Parcela 4 : Parcela de terreno, situada em S. Romão, com a área descoberta de 100,10 m², Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando atualmente de norte, nascente e poente com domínio público municipal e sul com Ricardo Batista de Oliveira.

Parcela 5 : Parcela de terreno, situada em S. Romão, com a área descoberta de 32,90 m², Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando atualmente de norte e poente com domínio público municipal, sul e nascente com Acácio Marques e Filhos, Lda.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 20 - Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra - Relatório de Ponderação da Discussão Pública e versão final do Plano:

Intervenção do deputado Vasco Cunha:

“Lamentar que os serviços da Câmara Municipal, no preâmbulo deste ponto, façam um historial sobre o IParque esquecendo o contributo da Coimbra Vita na sua implementação.

Coimbra Vita abre concurso para a elaboração de um estudo analítico, visando a criação de um parque científico e tecnológico destinado predominantemente às ciências da vida, estudo este concretizado em 21 de Dezembro de 2001. Este concurso foi ganho por uma empresa, “Arthur Andersen Strategy Finance Economies”, que me solicitou a elaboração de um “Master Plan” o qual serviu de base às análises e condicionantes traçadas no Plano Estratégico.

Este trabalho ultrapassou em muito a área inicial do P.D.M. como pequena zona industrial.

Eu não estou a por em causa o trabalho da Câmara que se seguiu de maneira nenhuma!

Agora não se pode duvidar e ocultar o que está para trás e o trabalho de uma pessoa que para mim é muito querida e foi o mentor da Coimbra Vita, a qual nasceu e cresceu nas sessões da Quinta das Lágrimas. Essa personalidade foi o Prof. Dr. Agostinho de Almeida Santos. Não pode ser esquecido.

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 8 de Novembro do mesmo ano, deliberou, por maioria, (59 votos a favor e 2 abstenções) aprovar o Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra. Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 21 - Novo Protocolo entre o Município de Coimbra e a Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A:

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 8 de Novembro último, aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Coimbra e a Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A. que se anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 22 - CMC – Protocolo com o INAG – Instituto da Água IP:

Intervenção do deputado Jorge Lemos:

"Só para dizer que me congratulo com este processo e pedia alguma rapidez nele"

Intervenção do Presidente de Junta de S. Martinho Bispo:

"O meu amigo Jorge Lemos já me tirou a frase. Quero congratular-me com esta vitória da Câmara Municipal, que é de grande importância para a minha freguesia e para as freguesias limítrofes.

A mobilidade daquelas freguesias vão ser muito melhores com a reparação as estradas marginais

Estão de parabéns todas as freguesias, de S. Martinho e limítrofes, e está de parabéns a Câmara, principalmente queria destacar o senhor Presidente da Câmara e o vereador Paulo Leitão pelo esforço que fizeram nesta vitória alcançada.

Mas, como nem tudo está correto, queria chamar atenção, para a retificação aqui no protocolo, na alínea b) do ponto 4 da cláusula 1, lê-se o seguinte:

Alínea b) – parcela do terreno com a área de 9 mil hectares sita em Porto de Monte São, freguesia de Santa Clara.

Portanto, eu pedia a devida retificação para S: Martinho do Bispo."

Presidente de Junta de Freguesia Ribeira de Frades:

"Só para dizer que me congratulo também com este protocolo com o INAG, e pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que efetivamente este protocolo deve ser prolongado pelo menos à freguesia de Taveiro, para já; e numa próxima fase, o concelho só acaba em Arzila e então de preferência, as estradas estão lastimosas e o INAG não faz rigorosamente nada, há estradas que estão todas danificadas desde as cheias do Mondego de 2001."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 20 de Dezembro último, aprovar o Protocolo a celebrar entre o Município de Coimbra e o Instituto da Água, I.P. que se anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Aprovação de acta:

Previamente distribuída a minuta da acta da última Assembleia realizada a 29 de Setembro, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

E sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.